



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 064

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 2009

ANO XXXIV

Mesa Executiva

NELSON JUSTUS
Presidente - Democratas

ANTONIO ANIBELLI
1º Vice-Presidente - PMDB

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

FELIPE LUCAS
3º Vice-Presidente - PPS

ALEXANDRE CURI
1º Secretário - PMDB

VALDIR ROSSONI
2º Secretário - PSDB

ELTON WELTER
3º Secretário - PT

CIDA BORGHETTI
4ª Secretária - PP

PASTOR EDSON PRACZYK
5º Secretário - PRB

ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição Elio Rusch
PMDB Waldyr Pugliesi
PSDB Ademar Traiano
Partido Democratas Plauto Miró
PT Péricles de Mello
PP Duílio Genari
PDT Luiz Carlos Martins
Bloco PPS/PMN Dr. Batista
Bloco PSB/PRB/PV Reni Pereira
Bloco PTB/PR Jocelito Canto

Representação Partidária

PMDB - 18: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Jonas Guimarães - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mário Roque - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Lemos - Tadeu Veneri; **Partido Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Fernando Scanavaca - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 02: Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 01: Reni Pereira; **PR** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira.

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 064

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva:..... 02

Presenças:..... 02

Abertura da Sessão: 03

Expediente:

Indicações 03

Requerimentos 03

Projetos de Lei 04

Pequeno Expediente:

Dep. Professor Lemos..... 05

Dep. Artagão Júnior..... 05

Dep. Antonio Belinati 06

Dep. Felipe Lucas 08

Grande Expediente:

Dep. Chico Noroeste..... 09

Sr. Felipe Gonzáles 10

Sr. Gilmar Piollo 10

Dep. Stephanes Júnior 12

Horário das Lideranças:

Liderança do PP

Dep. Antonio Belinati 06

Liderança do DEM

Dep. Elio Rusch 13

Liderança do PT

Dep. Péricles de Mello..... 14

Liderança do PDT

Dep. Neivo Beraldin 16

Liderança do Bloco PTB/PR

Dep. Jocelito Canto..... 18

Liderança do Bloco PSB/PRB/PV

Dep. Reni Pereira..... 20

Liderança do Bloco PPS/PMN

Dep. Marcelo Rangel 22

Liderança do Governo

Dep. Luiz Claudio Romanelli 24

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 24

Discussão/Votação

2ª Discussão (Votação) 24

3ª Discussão 25

2ª Discussão 25

1ª Discussão 25

Requerimentos 32

Encerramento da Sessão: 33

Publicações:

Ata de Comissões

Finanças 33

Presidência

Indicações Legislativas 34

DIÁRIO Nº 064

61ª SESSÃO ORDINÁRIA

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
16ª LEGISLATURA
ATA DA 61ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
16 DE JUNHO DE 2009**

(terça-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelos Srs. Deputados Dr. Batista e Jonas Guimarães..

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Valdir Rossoni, Elton Welter, Cida Borghetti, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Caíto Quintana,

Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elio Rusch, Fernando Scana-
vaca, Francisco Bühler, Jocelito Canto, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, , Luiz Claudio Romane-
lli, Luiz Eduardo Cheida, Luiz Fernandes Litro, Luiz Nishimori, Marcelo Rangel, Mário Roque, Mauro
Moraes, Miltinho Pupio, Neivo Beraldin, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pedro Ivo, Péricles de
Mello, Plauto Miró, Professor Lemos, Reni Pereira, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo
Kato e Waldyr Pugliesi (52).

Ausentes os Srs. Deputados: Fábio Camargo, Luiz
Carlos Martins (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Pre-
sidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos traba-
lhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual
foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do
Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Indicações

INDICAÇÃO Nº 729/09

SÚMULA:

Sugere a conclusão do Parque do Japão - Imin 100,
no Município de Maringá.

O Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para
expor e reivindicar o seguinte:

I - a conclusão do Parque do Japão - Imin 100, no
Município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a
atender inúmeras solicitações da população maringaense.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) DR. BATISTA

INDICAÇÃO Nº 730/09

SÚMULA:

Sugere a recuperação asfáltica no contorno sul no
Município de Maringá.

O Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para
expor e reivindicar o seguinte:

I - a recuperação asfáltica no contorno sul, avenida
Prefeito Sincler Sambatti, no Município de Maringá.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a
atender inúmeras solicitações da população que transita
pela rodovia, assim beneficiando toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) DR. BATISTA

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2916

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do
Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa,
REQUER, arquivamento do Projeto de Lei nº 036/09,
tendo em vista que o Dia Estadual da Consciência Negra
já foi instituído pela Lei nº 15674/07.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) NELSON JUSTUS

REQUERIMENTO Nº 2913

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições legais e regimentais, REQUER justificar
ausência na Sessão Ordinária realizada no dia 15 de junho
do corrente ano, em virtude de compromissos oficiais (reu-
niões) assumidos no interior do Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) FELIPE LUCAS

REQUERIMENTO Nº 2911

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de
suas atribuições regimentais, REQUER, após consultado o
soberano Plenário, seja inserido na ata dos trabalhos da
Sessão de hoje, voto de congratulações ao atleta professor
de kung-fu, Alessandro Gomes, que tem se consagrado nos
campeonatos da categoria que tem participado. Em 2000
foi vice-campeão brasileiro; em 2003 bicampeão internaci-
onal de luta/formas; em 2004 campeão MERCOSUL de
formas; tetracampeão internacional (formas) em 2000,
2002, 2006 e 2008; pentacampeão paranaense em luta com
armas em 2003, 2005 e 2007; além de conseguir destaque
em vários outros campeonatos.

Alessandro Gomes é respeitado como mestre de
kung-fu e atleta modelo para todos os paranaenses.
Mesmo enfrentando dificuldades de patrocínio, sua car-
reira é marcada de extraordinário brilhantismo, justifi-
cando-se o reconhecimento público e o aplauso desta
Casa de Leis, cuja decisão requeira seja comunicada ao
homenageado, na Cidade de São José dos Pinhais, com
votos de permanente sucesso.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

REQUERIMENTO N° 2915

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de Ofício ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Walbach Tizzot, para que realize intervenção na malha rodoviária do sudoeste, nos seguintes pontos: 1) PR-281 - trevo de acesso ao Município de Verê; 2) PR-281 - trevo de acesso ao Parque Industrial de Dois Vizinhos; 3) PR-281 - duplicação na saída de Dois Vizinhos até o trevo do Alto Bela Vista - extensão de 11 Km (trevo Francisco Beltrão/Salto do Lontra/Dois Vizinhos); e 4) contorno de acesso ao Parque Industrial da BR Foods (Sadia).

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) ADEMAR TRAIANO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por base o Ofício n° 128/09, a nós encaminhado pelo Presidente da Câmara de Dois Vizinhos, em atendimento a requerimento aprovado pelos nobres Vereadores, na qualidade de primeira instância de ressonância da sociedade.

Os Vereadores requerem a mobilização das forças políticas regionais para com urgência viabilizarem a intervenção nos pontos da malha rodoviária mencionados no corpo deste requerimento, mas também em toda malha rodoviária do Sudoeste do Paraná.

Sobre Dois Vizinhos, é importante destacar que o Município é servido por acessos rodoviários construídos e pavimentados nas décadas de 1970/80 e que neste momento a situação sócioeconômico é outra.

Contando com o apoio dos nobres Pares, informamos também que há reiterados pedidos das organizações políticas e empresariais de Dois Vizinhos. Mais do que isso, há verdadeiro clamor da sociedade civil, não só duvidinense, mas também de toda região, uma vez que com muita frequência há registro de acidentes de trânsito e muitas mortes nos pontos críticos mencionadas em nosso expediente.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI N° 300/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° Altera o artigo 14 da Lei n° 15060, de 20/04/06, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14. Aos despachantes credenciados pelo DETRAN, há mais de 10 (dez) anos, será também permitido o exercício de Diretor de Auto-Escola.”

Art. 2° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) ANTONIO BELINATI

JUSTIFICATIVA:

A Lei n° 15060/06 traz importante contribuição para a normatização das atividades dos despachantes credenciados pelo DETRAN do Paraná. No entanto, o artigo 14 vem prejudicando os despachantes por estabelecer proibição de acúmulo de função de despachante com o de diretor de autoescola. É lamentável a proibição, pois inúmeras outras categorias de servidores ou agentes públicos têm permissão para acúmulo de função, desde que não haja incompatibilidade. Daí a pergunta: por que, então, impedir os despachantes desse acúmulo? Ressalta-se: um despachante junto ao DETRAN pode, sim, também ser diretor de uma autoescola. Não haverá nenhum tipo de prejuízo ao DETRAN ou aos seus clientes.

Nossa emenda, aprovada, corrigirá essa injustiça, evitando que os despachantes paranaenses credenciados pelo DETRAN continuem sendo prejudicados por terem suas atividades profissionais limitadas.

PROJETO DE LEI N° 301/09

A Assembleia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1° O artigo 1° da Lei n° 14274 de 24/12/03 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1° ...

§ 1° A fixação do número de vagas reservadas aos afrodescendentes e respectivo percentual far-se-á pelo total de vagas no edital de abertura e demais editais do concurso público durante o seu período de vigência e se efetivará no processo de nomeação”.

Art. 2° Fica revogado o parágrafo 2° do artigo 1° da Lei n° 14274 de 24/12/03.

Art. 3° Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) PROFESSOR LEMOS

JUSTIFICATIVA:

A redação do parágrafo 1° do artigo 1° da Lei n° 14274 de 24/12/03 apresenta imprecisão, ao restringir a reserva de vagas no edital de abertura, ferindo o princípio que permite a vigência dos concursos públicos por até dois anos, prorrogável por igual período, onde deverão manter-se as mesmas regras do processo inicial.

Da mesma forma, os próprios parágrafos 2° e 4° da referida lei encontram-se em conflito, pois ao mesmo tempo em que um desobriga a Administração Estadual de nova reserva de vagas durante a vigência do concurso, o outro determina que esta reserva se dê durante todo o período de validade do concurso.

A alteração do texto legal proposto pelo presente projeto de lei visa portanto, sanar uma imprecisão, evitando a interpretação dúbia da Lei n° 14274, a qual traz no seu princípio um importante resgate da dívida histórica com a população afrodescendente.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Professor Lemos.

Deputado Professor Lemos (PT)

O SR. PROFESSOR LEMOS

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, visitantes que nos acompanham na Sessão de hoje e também aqueles que nos acompanham pela TV SINAL.

O que me traz hoje a esta tribuna é uma alteração que estamos propondo, através de um projeto de lei, alterar a Lei nº 14274, uma lei de 2003, que trata da reserva de vagas para afrodescendentes em concurso público, no âmbito do Estado. Essa lei padece de uma incoerência, estamos apresentando então projeto para alertá-la, corrigindo, porque é uma lei que tem um mérito muito importante. Estamos alterando com uma nova redação, porque a redação atual da lei diz que é no edital que chamou o concurso e desobriga o Estado, quando amplia as vagas com novos editais, de manter a reserva de vagas de 10% aos afrodescendentes.

Então, estamos corrigindo essa imperfeição, revogando um parágrafo e alterando o *caput* do artigo 1º, para garantir que enquanto o concurso tiver validade, todos os editais que forem publicados abrindo novas vagas, será assegurado o percentual, que é de 10%, aos afrodescendentes. Isso é uma reivindicação importante que nos chegou em função até dos concursos para professores, dos concursos para funcionários de escolas, que estão com validade. O segundo edital convocou mais candidatos aprovados do que o primeiro edital. E no segundo edital não tem a reserva de vaga para afrodescendentes.

Então, por coerência, temos que manter em todas as etapas do concurso. Por isso, esse projeto se faz necessário, está sendo apresentado no dia de hoje e eu, evidentemente, gostaria de ter o apoio dos meus colegas, Deputadas e Deputados desta Casa, para sanarmos essa imprecisão, essa incoerência, que traz essa lei que é importante para os afrodescendentes do Estado do Paraná.

Também tivemos, no final de semana, o aniversário dos Municípios de Lindoeste, de Santa Teresa do Oeste, de Anahy, e de Ibema, na Região Oeste do Paraná, Municípios importantes para a Região Oeste, importantes para o Paraná e para o Brasil. quero parabenizar todos os moradores desses Municípios, que têm dado contribuição importante para o desenvolvimento do Estado e para o crescimento da nossa Região e do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito é o Deputado Artagão Júnior.

Deputado Artagão Júnior (PMDB)

O SR. ARTAGÃO JÚNIOR

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amigos da imprensa, senhores e senhoras visitantes.

De forma muito rápida, antes de abordar o tema que me traz a esta tribuna nesta tarde, gostaria, de forma muito rápida e objetiva, mas com bastante ênfase, falar da assinatura, nesta manhã, de convênio entre o Governo do Estado e 88 Municípios para a construção da Biblioteca Cidadã. Este é um projeto de extrema importância, que leva a possibilidade a Municípios de menor condição financeira e menor envergadura terem, dentro de sua área territorial e urbana, uma biblioteca com acervo também disponibilizado pelo Governo do Estado, com sala de informática, em um investimento na casa de R\$ 320 mil, por unidade. Somente nesta manhã tivemos a assinatura de 88 convênios. Ou seja, 88 Municípios estarão recebendo, a partir desta ato, a autorização para realizarem a licitação e, em consequência, também a construção destas Bibliotecas Cidades.

Não bastassem esses 88 convênios assinados hoje, outras quase 100 já foram construídas ou estão em fase final de construção. Sem dúvida alguma é um grande projeto, não só o aspecto financeiro, mas pela importância do valor investido na sua totalidade. São mais de R\$ 20 milhões investidos em construções de bibliotecas, mas principalmente pelo que significa a biblioteca, da possibilidade da ampliação do conhecimento, do ganho de cultura, que uma biblioteca como esta proporcionará. Sem contarmos no aspecto da globalização, que se promoverá através do acesso à internet, com esses laboratórios de informática, que estarão inseridos também nas salas existentes dentro da própria biblioteca.

Além deste destaque e do reconhecimento ao Governo Requião e Pessuti, por esta grande assinatura de convênios feita nesta manhã, na Escola de Governo - Deputado Jonas, V. Exa. que também lá esteve e tirou várias fotografias com Prefeitos que representa junto ao Estado do Paraná - queremos destacar o alto custo do pedágio.

Domingo pela manhã, saí de Curitiba às 6h da manhã e fui ao Município de Lindoeste, para frente de Cascavel. Cheguei lá por volta do meio-dia, saí por volta das 15h. Dirigi-me ao Município de Marilândia do Sul, tendo que fazer o trajeto de Campo Mourão, Maringá e depois a Marilândia. Cheguei por volta das 8h, fiquei até as 10h30 e voltei a Curitiba, chegando por volta das 2h30 da madrugada. Foram mais ou menos 1 mil e 300 quilômetros de estrada feitos no domingo.

Foram exatamente R\$ 115 gastos em pedágio, em um único dia. É, sem dúvida alguma, um preço muito elevado. Estou falando somente do pedágio, daquelas tarifas que nos são cobradas naqueles postos de cobrança, que existem a cada 25, ou 30, ou 50 quilômetros, conforme o trecho de rodovia. Para fazer o Anel de Integração, saindo de Curitiba, sentido Cascavel a Campo Mourão, a Maringá,

retornando a Curitiba, R\$ 115 de automóvel. Certamente, isso provoca ao Estado do Paraná uma séria consequência na sua condição econômica, no elevar o preço da nossa produção e transporte. Imaginem se uma caminhonete gasta R\$ 115 de pedágio, quanto gasta um caminhão, que eu imagino, em média, de 5 a 10 vezes maior o custo do pedágio do que é para o automóvel.

Portanto, faço esse registro aqui nesta terça-feira, porque me impressionei com o valor que somaram os trechos, individualmente, dos pedágios ultrapassados, R\$ 115 num único dia! Fico imaginando o custo para os caminhões, o custo para os ônibus, para a produção, para a nossa economia! É necessário, sim, uma mudança nesse sentido; é necessário, sim, a redução. Eu não defendo aqui a eliminação do pedágio, eu não defendo, acho que o pedágio promoveu uma mudança significativa, permitiu ao Estado investir mais nas outras rodovias que não são as pedagiadas, portanto não defendo a extinção do pedágio, mas é necessário um trabalho urgente no sentido de um entendimento para que se promova a redução drástica das tarifas de pedágio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

Deputado Antonio Belinati (PP)

O SR. ANTONIO BELINATI

Nobre Presidente Nelson Justus, Dr. Batista, médico do povo, Deputado Jonas, colegas Parlamentares, visitantes, comitê de imprensa e os paranaenses que nos dão a honra de acompanhar os trabalhos desta Casa através desse instrumento poderoso que é a televisão, através da Rede MERCOSUL, da TV SINAL.

Temos o nosso e-mail, em que a pessoa que tem internet em casa pode mandar o seu e-mail com a sua crítica, com a sua sugestão, instrumento que o Presidente Nelson Justus colocou a serviço dos Deputados e do povo.

Hoje de manhã o Presidente Nelson Justus, numa reunião muito produtiva, estava comunicando a nós Parlamentares uma decisão, de certa forma dura de ser tomada pelo Presidente da Casa, aqui os 54 Deputados têm o mesmo poder de voto quando quer ser o Presidente da Assembleia, ou quer ocupar um cargo da Mesa Executiva, e determinadas atitudes, muitas vezes, podem agradar os colegas Parlamentares, e muitas vezes podem desagradar.

O Presidente Nelson Justus tem sido muito firme, primeiro criou a TV SINAL para transmitir os trabalhos, para o povo poder nos fiscalizar, e agora, numa outra medida muito corajosa, vai mandar colocar na internet o gasto de cada Deputado. Então o povo vai poder olhar ali, centavo por centavo, onde cada Parlamentar utilizou a verba desta Casa. Essa é uma medida que precisa ter coragem para tomar, mas isso é a transparência e o respeito do Presidente Nelson Justus com todos os paranaenses. Parabéns por essa atitude!

V. Exa. tinha mandado colocar na internet a lista de todos os funcionários, não há mais o que questionar quem é funcionário e quem não é. O mundo inteiro, a pessoa pode estar lá na China ou até na Lua, se for fazer uma viagem à Lua e tiver um computador lá, de lá ele vai poder acessar aqui a Assembleia Legislativa para ver a lista de quem é funcionário desta Casa. Agora, nos próximos dias, os internautas, os contribuintes, o povo de modo geral vai poder acompanhar o gasto da verba pública de cada Parlamentar que compõe esta Assembleia Legislativa, numa atitude que entra para a história, consagrando mais ainda a gestão do Presidente Nelson Justus no comando desta Casa. Parabéns Presidente!

Recebo um e-mail de um cidadão aqui de Curitiba, Joel Pedro Túlio, ele já é aposentado e vejo que ele tem uma grande experiência até em campanha eleitoral. Ele conta aqui que até apoiou um candidato que se elegeu para Vereador. E o candidato tinha prometido um emprego depois de eleito: “Depois de eleito, você tem uma vaga comigo. Se não quiser, põe um parente.” E ele conta no e-mail que esse candidato, no ano de eleição, não saía da Casa dele, para tomar café: “Estou muito cansado, estou com fome, estou querendo almoçar, não tem uma janta aí, nem que seja requentada?” “E o cidadão foi eleito e agora esqueceu o endereço desse cabo eleitoral, nunca mais apareceu nem para arrumar um emprego, nem para tomar um cafezinho o seguinte: meu falecido pai me ensinou que dor de barriga não dá uma vez só. A próxima eleição chega tão depressa, se traírmos o povo, se não honramos a palavra empenhada com o povo, com a população de um modo geral, logo, logo chega a próxima eleição, e o que acontece? Aí o candidato vai, sim, amarrar uma derrota muito justa. Traiu o povo, não trabalhou, foi preguiçoso, não honrou os compromissos com os eleitores, e os eleitores estão mais do que certos de impor uma aposentadoria forçada.

Uso o horário do meu partido.

Passa a usar o horário da Liderança do PP

Temos aqui uma carta do Colégio Estadual Presidente Kennedy Ensino Fundamental e Médio. E esta carta diz:

(Lê):

Carta aberta aos Srs. Deputados

Assunto: Junção de escolas estaduais em Serranópolis do Iguaçu/PR.

Tendo em vista o que vem ocorrendo no Município de Serranópolis do Iguaçu/PR, desde as gestões de 1997 a 2000 e 2001 a 2004, assumidos pelo então Prefeito Nilvo Antonio Perlin, iniciou-se a construção de uma escola municipal, localizada no bairro Iguaçu, visando atender os alunos de educação infantil, pois as escolas municipais encontram-se todas em prédios estaduais, funcionando juntamente com as escolas estaduais que atendem alunos do ensino fundamental e médio, nos bairros de Flor da Serra e Jardimópolis, do Município.

Ocorre que, com a posse do atual Prefeito (José Arlindo Sehn), deu-se continuidade às obras e nesse ano lançou-se uma pesquisa (não divulgada oficialmente), na qual o Prefeito justifica ser vontade da comunidade de que as escolas estaduais se unifiquem e passem a mudar para o prédio novo e que as escolas municipais permaneçam nos prédios do Estado.

As escolas estaduais têm 50 anos de existência, foram construídas e mantidas através do Governo do Estado do Paraná e zeladas com o apoio da comunidade dos bairros. Muitos profissionais que hoje atuam no Município se formaram nela, e nesse momento corre-se o risco de que ela deixe de existir e os bairros perderão suas escolas estaduais.

Com a junção das duas escolas estaduais, teremos consequências que afetarão a qualidade do ensino como: o aumento do número de alunos por turmas, diminuição do quadro de funcionários e consequente demissão de alguns que se encontram em regime de contratos temporários; muitos professores terão que se deslocar para outros Municípios, o espaço físico não é apropriado para o atendimento desses alunos, pois foi totalmente projetado para sanar as necessidades de alunos de educação infantil. O prédio encontra-se ainda em construção, não possui quadra esportiva, as salas de aula são pequenas, os vasos sanitários são para crianças de faixa etária até nove anos.

Os prédios estaduais encontram-se em bom estado de conservação, todos os anos são feitos reparos e melhorias visando o bem de todos; todas as salas possuem ar-condicionado, grades nas janelas, caixas de som interligadas, laboratórios de ciências e informática, biblioteca, banheiros adequados à faixa etária dos alunos, secretaria, direção, sala dos professores, quadra esportiva.

Em uma reunião realizada com a Administração Municipal atual, justificou-se que a razão maior do Estado se unificar é que, os alunos de educação infantil ficariam mais próximos dos bairros, não necessitando de transporte. Sentimos que a resposta não foi viável, haja visto que, muitos alunos de educação infantil moram no interior e continuarão necessitando de transporte escolar.

Reiteramos por fim, nosso posicionamento contra a posição atual do Prefeito e pedimos o seu apoio para essa causa que é tão importante para a nossa comunidade.

Sabemos que vossa influência será muito importante e que, com certeza, será retribuída.

A população não quer a união dessas escolas.

Bom, hoje vamos votar um projeto que é para obrigar as empresas do Paraná que recebem incentivos fiscais do Governo do Paraná a não demitir trabalhadores e trabalhadoras. É um projeto que obriga empresas contempladas com incentivos fiscais, a manter os postos de trabalho que já tinham, para evitar que algum mau empresário jogue a culpa na crise para poder demitir.

Pois bem, o que queremos destacar é que, curiosamente, tínhamos um projeto apresentado no dia 3 de fevereiro. Era um projeto obrigando todos os empresários a garantir os empregos dos seus trabalhadores e trabalhadoras, e curiosamente, posteriormente se deu entrada a um projeto do mesmo teor, e o nosso, porque somos da Bancada da Oposição, somos em minoria nesta Casa, o nosso projeto eles deixam lá para apreciar melhor, para analisar e, daqui a pouco a justificativa é que o nosso projeto perdeu a razão de ser, porque já foi aprovado outro semelhante. Ou seja, atropelaram o nosso projeto, apresentado muito antes do projeto que vamos votar hoje. Mas não estamos tristes não. Já dizia o saudoso Abelardo Barbosa, o Chacrinha: ‘Nada de cria, tudo se copia.’

A mesma história do Requião, está pegando a mania de ficar copiando. O Deputado apresenta um projeto aqui, ele acha que é bom, que vai dar popularidade ao Deputado, ele paga, atravessa e manda o projeto igual, e como tem maioria esmagadora, acaba sendo aprovado o projeto do Requião. Fica ele como o pai da matéria.

Alô, Governador Requião, bota a assessoria aí para criar alguma coisa, para inovar, para trazer coisa nova para a Assembleia. Não é ficar copiando ideias dos Parlamentares.

Agora, muito pelo contrário, não estamos tristes, não vai ser votado o projeto que eu assinei como Deputado, como autor, para garantir o emprego à classe trabalhadora do Paraná. Vai ser votado o outro projeto, que veio na garupa do nosso.

Mas eu fico alegre, feliz, porque o objetivo é proteger os trabalhadores. A torcida é para o Requião criar, inovar, e não ficar “chupando” as ideias de projetos apresentados por Parlamentares nesta Casa. Projeto que muitas vezes, como é o caso do projeto de nossa autoria, que proíbe fumar em local fechado. O Requião veio, pegou a carona, também mandou o projeto aqui para esta Casa.

Com muita honra, Deputado Neivo Beraldin.

O Sr. Neivo Beraldin (PDT)

Muito obrigado, Deputado Antonio Belinati, V. Exa. que nos dá uma aula diária de como devemos nos comportar para melhor nos fazermos entender, sobretudo com as pessoas mais simples da sociedade, que é, em última análise, a nossa função aqui, nos fazer compreender para aqueles que mais precisam do homem público. V. Exa. faz isso com muita competência; se não fosse assim, V. Exa. não teria os anos que tem na vida pública.

V. Exa. falava da cópia do Executivo, e olha que o Executivo tem uma assessoria enorme, com altos salários. Os Deputados têm mais habilidade, mais conhecimento para formular leis, porque eles andam mais no meio do povo, então têm mais aquela sensibilidade que é dada mesmo por Deus, porque a população sempre acaba informando.

Estou vendo aqui a proposta que V. Exa. fala em “chupar” projeto, digamos assim, pegar uma caroninha. Eu fiz, V. Exa. sabe, a Casa e o Brasil sabem que fiz a Lei

do ICMS Ecológico. Apresentei em 1991, entrou em vigor em 1992 e, agora, voltando a esta Casa, me deparei com outro Projeto de Lei nº 166/09, de autoria do Deputado Francisco Bühner.

No nosso projeto de lei diz o seguinte:

(Lê):

Projeto de Lei Complementar nº 166/09

Art. 1º O artigo 2º da Lei Complementar nº 059, de 01/10/91, passa vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º As unidades de conservação ambiental a que alude o artigo 1º são as áreas de preservação ambiental, estações ecológicas, parques, reservas florestais, florestas, hortos florestais, áreas de interesse de mananciais de abastecimento público declaradas por decreto estadual, áreas de reservas indígenas e áreas de relevante interesse de leis ou decretos federais, estaduais ou municipais, de propriedade pública ou privada.”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala de Sessões, em 22/04/09.

(a) FRANCISCO BÜHRER

Daí vem aqui uma cópia de lei, deixando tudo como está, só destacando: áreas de interesses de mananciais de abastecimento público declarado por decreto estadual. Mas já está na lei originária, decreto federal, estadual e municipal. Simplesmente acho que a Casa não deveria permitir à CCJ, já aqui no nosso poder, permitir que tramitem uns projetos que simplesmente tragam desgaste de papel e tragam do funcionário, em cima de temas que já estão consolidados.

Mais uma vez saúdo V. Exa., desejo-lhe uma boa semana e que V. Exa. continue sendo assim. Que Deus o abençoe.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

O tal Estatuto do Desarmamento, tão propagado pelo então Governador na época, é uma outra cópia do Deputado Ratinho Júnior.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) **(Pela Ordem)**

Deputado, entendo o que V. Exa. está colocando. No entanto, diria que existem projetos que são apresentados por Parlamentares, que são bons projetos e poderiam ser feitos como indicação legislativa, e são apresentados como projetos de lei e são inconstitucionais. Uma boa parte são projetos de inconstitucionalidade, o que aliás, é profundamente lamentável. O Parlamento, hoje, está cercado de possibilidade de apresentação de quase todo e qualquer projeto. No entanto, isso é problema da nossa Constituição.

Sempre que o Deputado apresentar um projeto bom, acho que é uma satisfação para o Deputado vê-lo transformado em lei, mesmo que seja por origem do Executivo, suprimindo a questão da Constituição. Nada mais do que isso é o que faz o Governo, como por exemplo, na mudança do Estatuto do Servidor Público, que está tramitando nesta Casa, e tantos outros que ferem a Constituição se partidos do Parlamento.

O SR. ANTONIO BELINATI (PP)

Deveria constar que o Governador está mandando a mensagem para cá e copiando o projeto de algum Deputado.

Para terminar, o Sr. João Soares, que é Presidente da Federação dos Trabalhadores em Empresas Enquadradas no Terceiro Grupo do Comércio e Empregados em Empresas Prestadoras de Serviço no Estado do Paraná, ele lembra que a FETRAVISP é composta dos Sindicatos de Vigilantes de Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco, Umuarama. O que é que o grande João Soares, que é o maior defensor dos vigilantes, está pedindo? Ele está quase que implorando, pelo amor de Deus, para esta Casa não aprovar o projeto do Governador Requião, que quer provocar o desemprego de 6 mil e 500 vigilantes, que hoje trabalham fazendo guarda em repartições públicas, escolas, postos de saúde, hospitais, DETRAN, Instituto Médico Legal. O Requião quer tirar esses vigilantes e colocar no lugar deles policiais que já se aposentaram e estão na reserva remunerada. Coloque esses policiais para combater os bandidos, combater a violência, para garantir a segurança do povo!

Está aqui um apelo dramático do Sr. João Soares, que é o grande líder dos vigilantes do Paraná. É implorar sim, porque são 6 mil e 500 vigilantes que estão correndo um sério risco, está por um triz para esses 6 mil e 500 vigilantes serem jogados na rua, demitidos. É desumano, isso não agrada a Deus.

O nosso voto será contra esse projeto e pela garantia do emprego dos vigilantes do Paraná.

O SR. PRESIDENTE **(Nelson Justus)**

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, com a palavra o Deputado Felipe Lucas.

Deputado Felipe Lucas (PPS)

O SR. FELIPE LUCAS

(Lê):

“Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Sr. Presidente.

Ocupo essa tribuna hoje para enaltecer a iniciativa da Federação das Indústrias do Estado do Paraná, que ontem homenageou alguns dos mais ilustres empresários do nosso Estado, na solenidade que marcou o Dia da Indústria, que foi o dia 25 de maio.

Venho destacar uma homenagem justa a empreendedores que escreveram o seu nome na história do Paraná. Ney Braga, o principal homenageado da noite, foi um desses homens, com a comenda *post-mortem* de Benemérito da Indústria do Paraná. Foi o responsável pela diversificação da economia do Paraná, desatrelando-a da monocultura do café. Foi o responsável pelo Fundo do Desenvolvimento Econômico, que impulsionou recursos para estradas e energia.

O ex-Governador, ex-Senador e Ministro Ney Braga, teve contribuição decisiva na ligação entre o Norte e o Sul do Paraná, ao concluir a pavimentação da

Rodovia do Café. Em seu Governo, foi criada a COPEL, a TELEPAR e a SANEPAR. Três das mais conceituadas empresas do setor em todo o País.”

De fato, é uma pessoa extremamente séria. Foi um Governador que marcou com tantas obras o Estado do Paraná: TELEPAR, SANEPAR, COPEL. Foi um Governador que hoje traz uma lembrança grande e uma homenagem muito justa.

Além do ex-Governador, que foi Ministro da Educação, Ney Braga, nós na oportunidade, como estudante, na época do curso de Medicina, estivemos na sua casa e nos recebeu com uma grande alegria. Sei que vínhamos até de alas opostas, um pouco, na época, porque na questão estudantil tínhamos um outro caminho. Mas, como Ministro ele nos recebeu muito bem. Queria dizer também que o Ney Braga foi muito amável no tratar, principalmente conosco, os estudantes.

No seu Governo foram criadas a COPEL, a TELEPAR, a SANEPAR, que estão hoje com o Poder Público, porque senão poderíamos estar muito pior, muito mais difícil.

(Lê):

“Srs. Deputados. Cabe-nos destacar, neste Plenário, outros três ilustres industriais indicados pela diretoria da FIEP, nesta justa homenagem: os empresários Ézaro Medina Fabian, Ronaldo Duschenes e Vicente Mashahiro Okamoto, também responsáveis por um papel empreendedor que contribuiu para a formação e para a geração de emprego de muitos paranaenses.

Ao relembrar os nomes destas ilustres figuras, ocupo esta tribuna para, especialmente, parabenizar as pessoas que conduzem a Federação das Indústrias do Estado do Paraná. Dirigentes que, nos 65 anos de fundação do Sistema FIEP, fazem com que a Federação seja uma referência nacional pelo compromisso com a indústria paranaense e com o povo do Paraná.

Dirigentes que, a cada dia, implementam um número crescente de programas e de cursos de extrema importância voltados ao desenvolvimento, formação pessoal e profissional de trabalhadores, em todas as áreas, nos vários níveis de aprendizado.

Sou representante, nesta Casa, dos interesses dos trabalhadores da Região Centro-Sul do Paraná e, como tal, testemunha da atenção que a FIEP dá à nossa região, através do SENAI, o maior programa de aprendizado profissional e educacional do Paraná; através do SESI, uma ação inestimável na promoção da educação, saúde, esporte, lazer, cultura e, especialmente, de responsabilidade social; e através dos demais programas e parcerias todo o Sistema FIEP.

Como Parlamentar, enalteço a parceria e o monitoramento que a FIEP faz do trabalho dos Deputados desta Casa. Cito, como exemplo, o apoio que recebi por parte da Federação das Indústrias ao meu projeto de lei das parcerias público-privadas, que ainda tramita e tem algumas dificuldades, que disciplina, regulariza e realiza as parcerias público-privadas no âmbito da Administração

Pública do Executivo Estadual, com o objetivo de agilizar a implementação de grandes obras, nos vários Municípios, e que infelizmente, ainda no nosso Estado, não há aprovação de um projeto desta natureza, enquanto em outros Estados nós temos.

Sinto-me honrado por ter recebido o apoio da Federação, que considerou o projeto das parcerias público-privadas como uma solução criativa já adotada em outros Estados e inova ao estender a possibilidade de realização de contratos com outros setores como a Segurança Pública, Saúde, Educação, Ciência e Tecnologia.

Finalmente, parabenizo iniciativas como a realizada ontem pela FIEP, porque elas demonstram que esta instituição é um exemplo de promoção e de união de nossa indústria, de incentivo ao conhecimento, de investimento na capacidade humana e de responsabilidade social.”

Muito obrigado.

Grande Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Próximo orador inscrito, com a palavra o Deputado Chico Noroeste.

Deputado Chico Noroeste (PR)

O SR. CHICO NOROESTE

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa e público presente.

Gostaria de anunciar aqui e registrar a presença do Felipe Gonzáles, que é Secretário de Turismo do Município de Foz do Iguaçu, e também do Gilmar Piollo, que é Superintendente de Comunicação de Itaipu Binacional, que estão aqui para tecer comentários e informar os Srs. Deputados sobre a Campanha Vote Cataratas.

Mas antes quero aqui, Sr. Presidente trazer a V. Exa. os nossos agradecimentos pela deferência desse horário, o Grande Expediente do Plenário da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, para que esses dois convidados possam falar aqui, informando os Srs. Deputados da Frente Parlamentar, os senhores da imprensa e a população do Estado do Paraná como um todo, desse importante pleito.

Quero também pedir aqui escusas aos Deputados da Frente Parlamentar, porque foi marcada uma reunião para as 11h com todos os Deputados da Frente Parlamentar, mas não foi possível, devido uma entrevista que eu, o Felipe Gonzáles e também o Dobrandino estávamos dando na TV SINAL. Portanto, desculpem-me, mas tenho certeza que foi por uma boa causa!

Quero chamar aqui a atenção de todos os Parlamentares para o que vai falar o Felipe Gonzáles e Também o Piollo, porque é um pleito que considero ser, não somente da Cidade de Foz do Iguaçu, mas também do Estado do Paraná e do Brasil. A escolha das Cataratas vai colocar Foz do Iguaçu, o Estado do Paraná e o Brasil nos principais roteiros turísticos e em roteiros de viagem de turistas do mundo inteiro.

Portanto, gostaria de apresentar a todos os Srs. Deputados o Secretário de Turismo da Cidade de Foz do Iguaçu, Felipe Gonzáles

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Felipe Gonzáles

Sr. Felipe Gonzáles - Secretário de Turismo de Foz do Iguaçu

O SR. FELIPE GONZÁLES

Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, Deputado Chico Noroeste, que propôs esta ação, Deputado Dobrandino e Deputado Reni Pereira, Srs. Deputados membros da Frente Parlamentar Vote Cataratas.

Srs. Deputados, estamos aqui em nome do Comitê Binacional Brasil-Argentina para o Vote Cataratas, eleição coordenada pela fundação suíça New 7 Wonders, que iniciou em maio de 2008, quando também mais de 500 belezas naturais de todo o planeta estavam sendo votadas. E agora, no próximo dia 21 de julho, haverá a definição de 21 belezas naturais que seguirão sendo votadas por mais dois anos, até que em 2011 sejam definidas sete novas maravilhas da natureza. E certamente, como as ações que vem sendo desenvolvidas, grandiosas com esta em que o nosso Parlamento paranaense se envolve com toda a força, as Cataratas do Iguaçu, estarão entre as sete novas maravilhas da natureza. Nesta etapa, no dia 7 de julho, estarão encerradas as votações, e as Cataratas do Iguaçu estão neste momento entre as 77 selecionadas, estão neste momento na votação, em 3º lugar.

Então senhores, temos muitas chances de eleger esta beleza, orgulho do Paraná, orgulho do Brasil. Dizemos isso porque nossas cataratas estão concorrendo na categoria water falls, com belezas naturais importantes também de outros países; mas a nossa região, que já é famosa no Brasil e em grande parte do mundo, onde dois grandes rios nos cercam onde a natureza deu de si o melhor com os dois grandes parques que abrigam as cataratas em condomínio, unindo os dois Países, e também onde três aeroportos nos cercam, e mais de 1 milhão de turistas, brasileiros e estrangeiros, nos visitam todo ano.

Esta votação não só se dá por iniciativa de Foz do Iguaçu, mas por todo o povo paranaense, e através dessa união que representa aqui os nossos Deputados Estaduais é que vamos atingir o objetivo a que nos propomos. Em nossa Cidade atestaram os nossos Deputados que nos representam aqui, Chico Noroeste, Dobrandino da Silva e Reni Pereira, que há uma união interinstitucional, uma reunião da comunidade, onde todos estão solicitando o voto, que se dá exclusivamente por internet. É uma eleição cidadã, basta que se acesse o site que foi criado especialmente, www.votecataratas.com, e como membro do Comitê Binacional eu também quero convocar aqui o nosso

colega da Itaipu Binacional, Gilmar Piollo que vem desenvolvendo importantes ações, e que ele vai dar um relato mais incisivo de toda essa parceria que já nos levou a essa posição, Sr. Presidente.

Estamos em 3º lugar, certamente com o apoio que agora teremos aqui nessa apresentação dos Srs. Deputados, vamos atingir o nosso objetivo no dia 21 de julho.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Sr. Gilmar Piollo.

Sr. Gilmar Piollo - Superintendente de Comunicação da Itaipu Binacional

O SR. GILMAR PIOLLO

Deputado Nelson Justus, Presidente da Assembleia Legislativa do Paraná; demais Deputados integrantes da Mesa; Deputado Chico Noroeste, autor desta proposição; Deputado Reni Pereira; Deputado Dobrandino; demais Deputados e Deputadas aqui presentes.

Por muitos anos, Foz do Iguaçu apareceu no noticiário nacional e internacional e forma negativa. Isso gerou uma imagem muito ruim da Cidade e dos seus atrativos turísticos, comprometendo a atratividade das nossas belezas, das Cataratas, de Itaipu e dos demais atrativos da Região. Nos associavam ao contrabando, ao tráfico de drogas, à falsificação de produtos, à pirataria e até ao terrorismo. Lembro que, após os atentados terroristas de 11 de setembro, Foz do Iguaçu era acusada pelo Departamento de Estado Americano, sem nenhuma prova, como um local que abrigava ali na região, em Cidade de Leste e nas redondezas, células terroristas da Al Qaeda.

Nós trouxemos para cá, na época, o Steven Monblatt, que era da OEA- Organização dos Estados Americanos, do Departamento Antiterrorismo, paráfrase que não havia nenhuma prova em relação a isso. Tentamos reverter esse noticiário e iniciamos em 2003, com a posse da atual diretoria da Itaipu, com o Samek na Diretoria Geral, um trabalho já com trade turístico. Na época, o Prefeito da Cidade ainda, era o Sâmis, e o Secretário do Turismo era o Neuso Rafagnin. Iniciamos um trabalho de recuperação da imagem de Foz do Iguaçu, que se consolidou, agora, há dois anos, com a assinatura de um termo de compromisso entre a Itaipu Binacional, a Secretaria Municipal do Turismo, o Iguassu Convention & Visitors Bureau, com as demais entidades do trade turístico local e regional que resultou numa parceria inédita, que não tinha acontecido antes na Cidade, para continuarmos e desenvolvermos um trabalho permanente de melhoria e sustentação da imagem de destino Iguaçu.

Então, há dois anos, iniciamos esse trabalho conjunto. Um dos primeiros que desenvolvemos conjuntamente foi a Campanha Foz do Iguaçu: Destino do Mundo. Na pesquisa da EMBRATUR, Foz do Iguaçu é considerada o segundo destino mais visitado por turistas estrangeiros que vêm ao Brasil. No ano passado, fomos

visitados por turistas de mais de 150 nacionalidades. Então, é consagradamente um destino do mundo. Iniciamos essa campanha com a presença marcante nas feiras de turismo nacionais e internacionais. No ano passado, levamos o destino Iguaçu com folheteria, com DVD, com materiais de divulgação, em mais de 20 feiras internacionais. Nas principais feiras de turismo do mundo estávamos presentes divulgando o destino Iguaçu.

Envolvemos, também, as emissoras de televisão de todo Paraná: a RPC, a Rede Massa, a TV Tarobá, a RIC, a TV Educativa, agora, aqui, a TV Assembleia também está nos apoiando, tanto na divulgação da Campanha Foz do Iguaçu: Destino do Mundo, como na Campanha Vote Cataratas, na primeira etapa e na etapa atual. Na sequência, lançamos a Campanha Temporada Boa em Foz, que já foi para a 2ª edição, este ano, que é uma campanha em conjunto com todo o setor hoteleiro da Cidade, que resulta numa promoção para atrair turistas de um raio até de 1 mil e 500 quilômetros, que são os turistas brasileiros e argentinos que estão segurando a movimentação turística da Cidade, apesar da crise global, apesar dessa retração que fez diminuir hoje o movimento de turistas estrangeiros ao Brasil e aos principais destinos do mundo.

No ano passado conseguimos fechar um recorde de visitação ao Parque Nacional do Iguaçu. Chegamos ao fundo do poço em 2002, após os atentados terroristas, aquele noticiário negativo, o Parque Nacional do Iguaçu, lado brasileiro, recebeu 645 mil visitantes. Então, conseguimos ir recuperando esse movimento e no ano passado batemos o nosso recorde histórico de visitação, com 1 milhão, 154 mil visitantes. Acreditamos que este ano vamos superar novamente os números do ano passado, vamos bater novamente o recorde, tanto no lado brasileiro, quanto no lado argentino, com essa parceria que temos feito.

O turista brasileiro está indo em peso para lá, o dólar caro, o euro também, acabaram inibindo as viagens internacionais, e isso tem nos ajudado. Houve uma retração na visitação de turistas estrangeiros, hoje conseguimos aumentar em mais de 20% a visitação de turistas estrangeiros ao Parque Nacional, à Cidade. Conseguimos também atrair mais eventos, até internacionais, como o Fórum Global de Energias Renováveis, que aconteceu no ano passado em Foz do Iguaçu, com o apoio da Itaipu e de todo o Sistema ELETROBRAS.

Então, acreditamos que a eleição das Cataratas do Iguaçu como uma das Sete Maravilhas da Natureza, vai ajudar a consolidar esse trabalho de recuperação da imagem do destino Iguaçu, vai projetar o nome da Cidade, vai projetar os nossos atrativos internacionalmente. Esperamos, com a eleição das Cataratas, conseguir um incremento de 30% na nossa visitação, porque essa votação está mobilizando atrativos, belezas naturais do mundo inteiro.

Foz do Iguaçu, com certeza, agora no dia 07 de julho, na escolha das 77 candidaturas finalistas e na

sequência, até o dia 21, um comitê de especialistas vai estar escolhendo as 21 finalistas, temos certeza que vamos estar entre as finalistas e vamos estar, seguramente, também, após a etapa final, entre as sete maravilhas.

Na etapa final, o que conta é o voto popular, para ficarmos entre as 77. Hoje, na nossa categoria, são sete grupos de candidaturas. O nosso grupo, que é o mais numeroso, tem cerca de 70 candidaturas disputando 11 lugares para essa etapa final. Foz do Iguaçu está em 3º lugar, atrás do Lago Titicaca, e Niágara Falls. Mas, temos certeza que vamos chegar no dia 7 em 1º lugar, porque estamos com uma parceria muito forte com a Secretaria de Estado da Educação, envolvendo cerca de 1 milhão e 400 mil alunos das escolas públicas do Paraná, que estão sendo incentivados a votar nas cataratas. Desenvolvemos todo um material de divulgação para envolver as escolas do Paraná, foram confeccionados 1 milhão e meio de flyers, 5 mil cartazes, 75 mil folhetos para os professores. E estamos sorteando três viagens para as escolas que conseguirem mais votos para as cataratas. Então, as escolas que conseguirem mais votos para a candidatura das cataratas vão ganhar 40 lugares em um ônibus, vão escolher os melhores alunos, os melhores professores dessas escolas que vão a Foz do Iguaçu com tudo de graça. Enfim, é uma cortesia que todos os nossos parceiros estão oferecendo para as escolas.

Essa campanha tem mobilizado as escolas e tem aumentado, consideravelmente, a votação, e acreditamos, na reta final, agora, vai dar o gás que precisamos para chegarmos em 1º lugar. Além desse apoio da Secretaria da Educação do Paraná, contamos com o envolvimento, o engajamento da RPC, que está veiculando o VT do Vote Cataratas gratuitamente. Se fôssemos pagar essa mídia, a RPC, a Rede Massa, a RIC, a Tarobá, as demais emissoras, estão nos dando hoje sem nenhum custo, só tivemos o custo de produção do VT, se fôssemos pagar, teríamos que desembolsar mais de R\$ 3 milhões de mídia para colocar essa campanha no ar.

Gostaria de fazer um agradecimento a todas as emissoras, pelo apoio. Estamos com o Vote cataratas, indo ao ar, também no Aeroporto Internacional de Curitiba. São 150 inserções por dia, graças a uma parceria com a INFRAERO e as empresas concessionárias desse serviço no aeroporto. Estamos levando a campanha ao Aeroporto de Congonhas, gratuitamente, através de uma parceria com a INFRAERO e com seus concessionários. Estamos veiculando em todos os cinemas da Região Oeste do Paraná. Temos seis quiosques de votação, um das Cataratas do Iguaçu, do lado brasileiro, outro do lado argentino, um na Ponte da Amizade, na Receita, outro na Itaipu, um na avenida Brasil. Agora, um na Câmara dos Deputados, em Brasília. Na semana que vem teremos um quiosque de votação aqui na Assembleia Legislativa, para os Srs. e Sras. Deputados, funcionários e visitantes, e ocupando o mobiliário urbano em Curitiba, cedido pela Prefeitura desta Cidade, são 200 faces deste mobiliário, para veicular a campanha aqui.

É uma somatória de forças, de forma voluntária, que está alavancando a nossa candidatura, tanto do lado brasileiro, como do lado argentino. Acreditamos que a eleição das Cataratas, aliada à chegada da UNILA, que no ano que vem começa as aulas, nossa Universidade na integração Latino-Americana, a Copa do Mundo de 2014, onde Foz do Iguaçu foi escolhida como uma das subdesdes, tudo isso movimentará muito o trade turístico. Temos certeza de que vamos saltar do patamar de 1 milhão, 1 milhão e 200 mil visitantes nas Cataratas do Iguaçu, para 1 milhão e meio, 2 milhões de visitantes. Vamos alavancar muito mais ainda o turismo de eventos na Cidade e Região.

Agradecer o apoio dos Deputados, agradecer a iniciativa do Deputado Chico. Contamos com o envolvimento de todos os Deputados, que ao votarem em suas bases podem mobilizar seus eleitores também para votar nas Cataratas do Iguaçu, porque elas representam hoje o Brasil, e são a única candidatura do Paraná e da Região Sul do Brasil. Na reta final, talvez, seja a única, ou uma das únicas a representar o Brasil e a Argentina neste concurso.

Contamos com o apoio de todos vocês. Estou grato pelo espaço aqui cedido e pelo envolvimento de todos na nossa campanha, que não é uma campanha só da região, mas de todos nós.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Esta Presidência esclarece aos Srs. Deputados que abriu este precedente por se tratar de uma campanha extremamente meritória, que envolve a Cidade de Foz do Iguaçu, que tem nesta Casa três belos representantes: os Deputados Dobrandino da Silva, Chico Noroeste e Reni Pereira. Por esta razão, e por ser algo realmente imperioso, abrimos este precedente.

Concedo a palavra ao Deputado Stephanes Júnior.

Deputado Stephanes Júnior (PMDB)

O SR. STEPHANES JÚNIOR

Deputado Nelson Justus, Deputado Mário Roque, nosso representante de Paranaguá, Deputado Capitão Jonas Guimarães.

Quero começar pegando um gancho no que foi falado por meus antecessores, e abordar um pouco a respeito da questão da Saúde e, principalmente, sobre Guaraqueçaba, que é um Município um pouco diferente do resto do Paraná, é um Município que fica quase que isolado, tem um caminho que não é asfaltado, que ainda é de terra e a maioria do transporte para a Cidade é feito via marítima. O Mário Roque pode dar uma aula a esse respeito. A principal comunicação é Paranaguá via marítima, com Guaraqueçaba. São mais ou menos 10 mil moradores, tem um Prefeito que eu considero muito competente, muito bem intencionado, que é o Ariade, que faz um trabalho excepcional, mas ele está sufocado na área de Saúde.

Foi feito um trabalho muito grande para se construir um hospital na Cidade, esse hospital tem aproximadamente 2 mil m², a parte de fora está toda pronta, está edificada, teria 20 leitos, ambulatórios, vários centros cirúrgicos, teríamos consultórios odontológicos, especialistas. É um hospital que realmente atenderia a região.

Muito dos moradores não moram na ilha principal, moram em várias ilhas ao redor de Guaraqueçaba, e como vemos hoje a situação parada, o hospital está há quase dois anos parado, a obra parou, houve um problema com a empreiteira, que acho que agiu de má-fé nesse assunto, a obra parou, mas há também uma inoperância do Governo do Estado em resolver este assunto!

Hoje, venho aqui pedir ao Secretário da Saúde, Gilberto Martin, por que tenho grande respeito, que priorize este assunto. Hoje assuntos sérios estão tendo que ser atendidos com Curitiba ou Paranaguá. É claro que o Prefeito colocou clínicos gerais na Cidade, colocou ginecologista, tem pediatras, mas qualquer coisa mais séria não tem onde operar, o Prefeito não consegue construir o hospital, muito menos equipá-lo.

Há um compromisso do Governo do Estado com a Cidade, que não foi cumprido. Hoje, na realidade, o que acontece? Três vezes por semana uma van com 15 lugares se desloca a Curitiba, todo dia um barco faz quatro viagens para Paranaguá, levando para consultas para especialistas ou coisas mais sérias para a Cidade de Paranaguá, ou seja, dificulta para o Prefeito, porque ele tem um custo muito elevado para o orçamento da Cidade.

A população está mal assistida e tem um elefante branco parado lá. É importante esse assunto ser priorizado. O meu pedido, hoje, é que agora, com a presença do Deputado Mário Roque, que ele se some à minha pessoa, aos membros da Comissão de Saúde, e que façamos com que o Governo do Estado priorize a concretização dessa obra.

Concedo o aparte ao Deputado Marcelo Rangel.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Deputado Reinhold Stephanes, quero parabenizá-lo pelo seu pronunciamento, e dizer que o senhor está exercendo a sua função com maestria, subindo à tribuna para fazer a cobrança sobre um hospital que está parado já há muito tempo. Dias atrás eu ouvi um outro Parlamentar falar desse mesmo hospital, falar inclusive que o hospital estava servindo praticamente como estábulo na região de Guaraqueçaba. Tenho certeza absoluta que, a partir desse pronunciamento, dessas cobranças que os Deputados, principalmente V. Exa. que trabalha com cobranças assim ácidas, mas extremamente responsáveis, tenho certeza que o Governo vai se agilizar e vai tentar resolver esse problema.

Agora, não pode ficar no ar, porque estamos aqui cobrando: está abandonado, o elefante branco está abandonado, como um outro Parlamentar falou, está servindo praticamente de estábulo, mas com as cobranças através da Assembleia Legislativa e através até mesmo dos meios

de comunicação, talvez a Secretaria da Saúde e o Governo do Estado possam colocar a mão na consciência e levem esse projeto adiante.

O SR. STEPHANES JÚNIOR (PMDB)

Apenas para concluir, as palavras do Deputado Marcelo Rangel são sábias, eu realmente desejo que isso seja priorizado, vou trabalhar por isso e quero, apenas das dificuldades, parabenizar o Prefeito Ariade pelo trabalho que faz.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Passa-se ao Horário das Lideranças.

Horário da Liderança do Democratas. Concedo a palavra ao Sr. Deputado Elio Rusch.

Liderança do DEM: Deputado Elio Rusch

O SR. ELIO RUSCH

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Ouvia o pronunciamento do eminente Deputado de Irati, Felipe Lucas, quando ele fez menção à comemoração do Dia da Indústria, que foi dia 25 de maio. E a FIEP aqui no Estado do Paraná, através do seu Presidente Rodrigo da Rocha Loures, realizaram na noite de ontem um encontro e fizeram homenagens para alguns empresários do Paraná, mas de uma forma muito especial ao ex-Governador, hoje *in memoriam*, Ney Braga. Diversos Deputados Estaduais estavam presentes: Reni Pereira, Scanavaca, Antonio Belinati, Luiz Nishimori, mais a nossa pessoa; Deputados Federais Luiz Carlos Setim, Ricardo Barros; o ex-Governador Paulo Pimentel, entre outras autoridades que lá estavam ontem à noite, com a presença também de diversos Presidentes de outras Federações das Indústrias e de outros Estados; bem como também a presença do Presidente da Confederação Nacional da Indústria do nosso País, Deputado Armando Monteiro Neto, que esteve presente nessa homenagem.

Entre tantas palavras elogiosas que ele transmitiu nessa ocasião, poderíamos reprisar algumas que fazem parte da própria matéria colocada no site da FIEP. Disse Armando Monteiro Neto: *Esta homenagem bem em momento oportuno, visto que a classe política vive um momento de desprestígio e descrédito. É oportuno invocar figuras que têm espírito público, como é o caso de Ney Braga, que trabalhou em sintonia com o tempo político que viveu.* Entre tantas palavras elogiosas proferidas pelo Presidente da CNI.

Além do ex-Governador Ney Braga, foram homenageados também com a Medalha Mérito Industrial, Ézaro Medina Fabian, Ronaldo Duschenes e Vicente Mashahiro Okamoto. Foram três empresários escolhidos pela FIEP. E eles, por sua vez, foram indicados pelos seus

sindicatos a essa medalha industrial, que anualmente é conferida para alguns industriais do nosso Estado através da entidade FIEP, que tanto representa para o desenvolvimento econômico do nosso Estado. O Deputado Mário, de Paranaguá, que já foi Prefeito, como tantos outros Parlamentares que aqui estão, que já ocuparam cargos do Executivo, sabem da importância dos empresários, da presença deles no nosso Município ou no nosso Estado, porque são os empresários que, no momento de crise, como nós vivemos hoje, ainda conseguem transmitir e transferir para a sociedade um alento. São os empresários, através da sua produção, ou através dos produtos que eles comercializam, eles alavancam os impostos e as taxas para que o Governo possa atender as suas necessidades, principalmente, naquilo que a comunidade e a sociedade desejam.

Por essa razão, Presidente Cida, gostaria de render as nossas homenagens e fazer um agradecimento muito especial a FIEP no Estado do Paraná, a pessoa de seu Presidente, como o Deputado Felipe Lucas já fez, o Presidente Rodrigo da Rocha Loures. Aliás o seu filho, o Deputado Rodrigo da Rocha Loures, também estava presente ontem nessa solenidade.

Então, render as nossas homenagens e o nosso reconhecimento pela homenagem que foi prestada ontem, valorizando sobremaneira a classe empresarial do nosso Estado do Paraná, como é o caso do ex-Governador Ney Braga.

Quando fui Vereador, na Cidade de Marechal Cândido Rondon, Ney Braga então era Ministro, depois foi Governador do Estado e tem feito tanto em favor do desenvolvimento, não só do nosso Estado, mas sim em favor do nosso País. Como muito bem disse ontem à noite o Sr. Armando Monteiro Neto, é Presidente da CNI, que Ney Braga é uma figura nacional. Lá estava dona Nice, a viúva, a nossa amiga e companheira. Lembrei a ela e aos familiares, o seu filho também, que falou em nome de todos os familiares que lá estavam presentes, os filhos do nosso Governador Ney Braga, seus netos, seus bisnetos, seus familiares.

Foi uma noite, uma solenidade até emocionante, não é Deputado Scanavaca? Que eu já disse que V. Exa. também estava presente. Porque o Ney Braga foi o Governador que impulsionou a indústria no nosso Estado. Isso foi reconhecido ontem, por todos os empresários que lá estavam.

Por essa razão faço questão de me associar com a homenagem da FIEP a esses empresários que já nomeiei, mas principalmente o Governador Ney Braga.

Ney Braga tinha uma particularidade: enquanto ele foi Ministro e Governador, o aniversário do Ney Braga era 25 de julho, e o aniversário do meu Município, que eu tenho o domicílio eleitoral, que é Marechal Cândido Rondon, também tem aniversário no dia 25 de julho. O Ney Braga sempre passava o seu aniversário lá na Cidade de Marechal Cândido Rondon. Ele abria mão até da convivência com seus familiares para passar o seu aniversário com a nossa Cidade de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, o Paraná deve muito a Ney Braga. Foi ele que levou o primeiro asfalto a Marechal Cândido Rondon, que levou as escolas, levou o centro social, inúmeras obras para esse Município. Como também foi o Ney Braga, como já disse muito bem o Felipe Lucas, que fundou, criou diversas empresas, entidades no Estado do Paraná, que serviram para alavancar exatamente o desenvolvimento do nosso Estado.

No horário do meu Partido Democratas, faço essa homenagem à pessoa do Ney Braga, a todos os seus familiares, mas de uma forma muito especial também à FIEP, que prestou essa homenagem na noite de ontem à essas personalidades.

Ney Braga, como disse, foi homenageado com a Medalha de Mérito Industrial. A FIEP, como disse, todo ano homenageia uma pessoa com a Medalha de Mérito Industrial, e mais outros empresários com a medalha também pelo desenvolvimento, pelo trabalho que eles têm realizado, cada um na sua atividade.

Deputado Douglas Fabrício, temos conversado muito, já que a sua origem também é dessas entidades que procuram levar o trabalho e fazer com que o nosso paranaense possa, cada vez mais, se desenvolver com mais facilidade economicamente.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Elio Rusch, V. Exa. está correto e está de parabéns pela iniciativa de reproduzir aqui na Assembleia Legislativa os acontecimentos em favor dos empresários, dos geradores de empregos aqui no Paraná.

Trabalhei por muitos anos no SEBRAE e lá nós tínhamos uma parceria na Cidade de Campo Mourão com diversas entidades, a Prefeitura, a Associação Comercial, o CDL, o CEFET, hoje Universidade Federal Tecnológica, e essas entidades organizavam, todo ano na região, o Dia da Indústria, que é justamente para premiar aquelas pessoas que se destacavam profissionalmente na área empresarial, gerando empregos, gerando desenvolvimento para aquela região.

Ontem foi o Dia da Indústria aqui no Paraná, e que nós tivemos a felicidade de ter uma pessoa, um ex-Prefeito que foi homenageado, lá da Região de Campo Mourão, Município de Goioerê.

O senhor relembra esse fatos e, com certeza, no momento oportuno. Está de parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Agradeço à Presidente e concluo, rendendo mais uma vez as homenagens a todos os empresários do Estado do Paraná, que fazem com que possamos viver cada dia melhor no nosso Estado.

O SR. NEY LEPREVOST (PP) (Pela Ordem)

Na verdade iria usar a tribuna, mas é um comunicado bastante breve, porém, uma notícia muito boa para esta casa e principalmente para a Região Metropolitana de Curitiba.

A senhora, o Deputado Belinati, o Deputado Duílio Genari e eu, tivemos várias reuniões com o Deputado Federal Ricardo Barros. Ele levou um pleito nosso ao Ministério das Cidades e ao Ministro do Planejamento, nosso amigo Ministro Paulo Bernardo. Recebi há pouco a notícia de que o Ministro estará liderando, nos próximos meses, os 38 milhões para a revitalização do rio Ressaca, na Cidade de São José dos Pinhais. Centenas e centenas de famílias que moram nas proximidades desse rio estão beneficiadas. É um projeto ambiental, um projeto de preservação.

Quero cumprimentar aqui o Ministério das Cidades, quero cumprimentar o Prefeito de São Jose, Ivan Rodrigues, os Vereadores de São José dos Pinhais, o Deputado Federal Ricardo Barros e em especial a população de São José, que vai ganhar nos próximos dias, essa grande obra de R\$ 38 milhões.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Liderança do PT. Concedo a palavra ao Deputado Péricles de Mello.

Liderança do PT: Deputado Péricles de Mello

O SR PÉRICLES DE MELLO

Sra. Presidente, Srs. Deputados.

Subo à tribuna para fazer dois convites de divulgações de acontecimentos importantes para o Paraná e também para o Brasil.

Em primeiro lugar, vamos fazer uma Audiência Pública na Assembleia para debater o Projeto de Lei nº 277/09, de autoria do Governo do Estado, que autoriza o Poder Público a chamar militares da reserva remunerada para fazer a guarda de sedes administrativas e atuarem em funções de natureza estritamente militar.

O objetivo dessa Audiência que Bancada do Partido dos Trabalhadores está convocando, por solicitação do Sindicato dos Vigias e Vigilantes, da Federação dos Vigias e Vigilantes do Paraná, é debater essa lei no sentido de preservar os empregos da categoria dos vigilantes do Paraná.

Em carta remetida à Liderança do PT, a FETRA-VISP, federação composta pelo Sindicato dos Vigilantes de Curitiba e região, Londrina, Maringá, Cascavel, Ponta Grossa, Pato Branco, Umuarama, manifestou preocupação, se o projeto for aprovado pelos Parlamentares paranaenses sem as emendas que possam resolver algumas questões sérias no projeto.

De acordo com a federação, aproximadamente 6 mil e 500 vigilantes prestam serviços em departamentos da Administração Pública. E a Federação tem medo que esses vigilantes sejam demitidos, ou seja, que o projeto provoque demissão de cerca de 6 mil e 500 vigilantes. Num

momento de crise econômica que o mundo inteiro atravessa, O Brasil não saiu ainda desta crise, apesar de que há boas perspectivas para que isto aconteça. A preocupação dos vigilantes é uma preocupação correta, natural.

Então, convocamos uma Audiência Pública para terça-feira que vem, dia 23, a partir das 9h, neste plenário, e convidamos a Secretaria da Segurança Pública do Paraná, o comando da Polícia Militar, a Associação de Praças, a Federação dos Vigilantes, vários Sindicatos de Vigias e Vigilantes, a Promotoria Pública e várias outras entidades e sindicatos também das empresas de vigilância, para que possamos aprofundar o debate sobre esta lei.

Já me manifestei, e talvez não tenha sido bem entendido em Ponta Grossa por algumas pessoas da Polícia Militar, que nossa preocupação é com o desemprego dos vigias e vigilantes. Aachamos que o Governo do Estado pode, muito bem, trazer de volta os policiais reformados, mas para que exerçam funções explícitas de Segurança Pública, para as quais eles estão preparados.

Sabemos que falta efetivo no Paraná, em todo o Brasil a questão da Segurança é gravíssima. Seria muito bom se o Governo pudesse, de forma rápida e ágil, a um custo menor, inclusive, aumentar o efetivo da Polícia Militar. Todos somos Deputados e recebemos, diariamente, pedidos de várias Cidades para aumentar o efetivo. Não só de viaturas, mas também o efetivo da Polícia Militar. Recentemente apresentei aqui uma solicitação ao Secretário da Segurança e ao Governador para aumentar o efetivo da Polícia Militar no Município de Piraí do Sul, por exemplo.

Então, acho que o projeto é muito bem vindo neste aspecto. Mas, não colocando policiais da reserva para exercerem uma função para a qual não estão capacitados, que é de vigilância. A vigilância é uma função preventiva. É diferente da função do policial militar. Não é correto este tipo de projeto. Queremos, através desta Audiência, melhorar o projeto, que possa ser aprovado, trazer benefícios para Segurança Pública, repito, mas sem prejudicar a categoria dos vigilantes.

Aproveito para dizer aos policiais militares que tenho o maior respeito, sempre me coloquei a favor da Polícia Militar. Tenho, inclusive, um projeto que tramita nesta Casa, que cria o estímulo operacional aos policiais militares. Este projeto foi solicitado por alguns oficiais de Curitiba, e os próprios vigias e vigilantes alertaram para este fato, de que muitos policiais militares, nas horas de folga, por ganharem salário pequeno, acabam entrando em empresas de segurança clandestinas para fazer uma hora adicional. Então, este estímulo operacional, que é uma espécie de hora extra, autorizando o Governador em momentos importantes, se necessários, ele resolveria este problema, aumentaria também o efetivo da Polícia Militar e é um projeto que vem ao encontro dos interesses dos policiais militares.

Claro que esta posição da Polícia, alguns questionamentos a meu respeito se devem à votação das emendas. Não nos cansamos de falar, aqui. O Deputado

Jocelito Canto falou várias vezes. Eu falei ontem, fiz referências às emendas. acho que uma emenda que não tem nenhuma efetividade, ou seja, é apresentada na Casa apenas para fazer o debate político, o desgaste do Governo, os policiais militares são maduros para perceber isso. Todos nós sabemos, a imprensa paranaense sabe, os Deputados sabem que quem define aumento de salário é o Poder Executivo.

Fui Prefeito de Ponta Grossa e sei muito bem disso. O Deputado Jocelito Canto e vários outros Deputados que foram Prefeitos também sabem muito bem disso. Não é o Poder Legislativo que define aumento dos servidores. Não têm competência para tal no Brasil, nas Assembleias. Na Câmara Federal é diferente mas as Assembleias não têm este poder.

Então, as categorias mais evoluídas na organização sindical, por exemplo a APP, tem conseguido os aumentos na luta, na disputa com o Governo, em assembleia, milhares de pessoas na rua. Eu acompanhei todas as negociações e a APP conseguiu aumentos diferenciados. Professores universitários também conseguiram. Foi montada uma comissão, durante dois anos trabalhando com o Governo do Estado, e chegou à conquista de um Plano de Carreira para os professores universitários, os servidores da escola pública conseguiram um plano que é um dos melhores do Brasil, e nós estaremos sempre ao lado dos servidores nas suas lutas.

Agora, enganar servidor, dizendo que se aprovarmos uma emenda de 15% aqui o Governo vai ser obrigado a dar aumento, aí não! A minha postura foi diferente, e foi diferente também com relação à emenda que não tinha efetividade nenhuma com relação à Polícia Militar. Agora, estarei sempre ao lado da Polícia Militar, com os demais servidores. Essa é a minha história e é a história do meu partido, uma luta pela dignidade. E esse tem sido o caminho do Governo do PT, que alguns Parlamentares criticam tanto.

E a crítica de direito ao Governo do PT, qual é? É que o Governo está aumentando o custeio da máquina pública. E como é que se aumenta o custeio? Aumentando o salário dos servidores e aumentando o número de contratações.

É muito estranho que alguns partidos, que fazem esse combate duro contra o Governo Federal, no momento aqui por oportunismo político, acabam apresentando emendas que não têm nenhuma efetividade. E o mais triste é que sindicatos que têm uma longa tradição de luta, que sabem muito bem que a emenda não resolve, e decidem atuar na forma de luta sindical aqui no Plenário. A luta sindical é social, é na rua, é discutindo com o Governo, é mobilizando trabalhadores para ter conquistas efetivas e reais. E estaremos sempre a favor, lutando ombro a ombro com os sindicatos.

Antes de conceder um aparte ao Deputado Jocelito, dizer que em função disso o PT apresentou a emenda assinada por cinco Deputados, mas emendas que se houvesse o aceite do Governo, melhoraria o projeto. Por exemplo, o

Governo mandou um aumento de 6%, nós colocamos os 6% também nas funções gratificadas, sendo o mesmo nível de aumento. Nós colocamos uma emenda para o vale-alimentação, corrigindo pelo índice oficial e mudando a lei que hoje diz que quem recebe vale-alimentação são os servidores que ganham até dois mínimos nacionais, mas como existe o mínimo regional, feito pelo Governo Estadual, mudamos para que os servidores que ganhassem até dois mínimos regionais recebessem esse auxílio.

Então, as nossas emendas têm outra lógica. Mesmo que elas fossem declaradas inconstitucionais, elas estavam no âmbito da proposta do Governo, e por isso esperávamos que elas fossem aprovadas e que houvesse a concordância - que infelizmente não aconteceu - da Bancada do Governo. Mas, são coisas bem distintas.

Quero conversar com os policiais militares, sempre me coloquei à disposição e inclusive, na semana passada, recebi alguns policiais e vamos entrar com um projeto pedindo ao Governo, através de ofício ou requerimento se não for possível um projeto, para que crie as carreiras de fisioterapeuta e uma série de outras carreiras na área de Saúde, que a Polícia Militar não tem. Então, coloque-me sempre a favor da Polícia Militar e acho que, com o tempo, as pessoas vão percebendo aqueles que estão fazendo um trabalho dentro das suas possibilidades reais, e aqueles que estão fazendo luta política e demagogia na hora de votar um aumento salarial.

Mas, Sr. Presidente e Srs. Deputados, um outro assunto que vou deixar para falar amanhã, diz respeito à criação da Universidade Integração Latino-Americana. Vai haver um encontro importante na semana que vem aqui em Curitiba, no dia 24 de junho, no campus Jardim Botânico da Universidade Federal do Paraná. Queria convidar todos os Parlamentares, mas como não disponho de mais tempo, queria oferecer um aparte ao Deputado Jocelito.

O Sr. Jocelito Canto (PTB)

Deputado Péricles, queria só dizer a V. Exa. que esse assunto está para ser sanado hoje. Está na Ordem do Dia de hoje o Projeto de Resolução nº 014/09, de autoria da Comissão Executiva, que vai acabar com as emendas inconstitucionais, que não virão mais ao Plenário. Então, isso vai acabar com aquela demagogia de dizer que um não quer votar e outro quer votar. Enfim, isso acaba agora, com esse projeto. Daqui a pouco vou falar disso aí na tribuna.

O SR. PÉRICLES DE MELLO (PT)

Obrigado, Deputado Jocelito.

Obrigado, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Ainda no Horário das Lideranças, com a palavra o Deputado Neivo Beraldin, no horário da Liderança do PDT.

Liderança do PDT: Deputado Neivo Beraldin

O SR. NEIVO BERARDIN

Deputado Jocelito, também temos que acabar com aquilo. São sete ausências de 54 Deputados. Vamos contar aqui e vejo 18 Deputados presentes. Onde estão os outros 29?

Como é que estão presentes no painel e estão ausentes no plenário?

O SR. JOCELITOCANTO (PTB)

Estão no lanche, tem lanche nos gabinetes.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Então, vamos chegando, porque a hora de trabalhar e a hora de votar é aqui no plenário, por isso que é hora do plenário.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, subo à tribuna hoje para destacar a atuação...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Pela ordem, Deputado Antonio Anibelli.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Gostaria de saber se V. Exa. como Presidente, delegou ao Deputado que se encontra na tribuna para chamar atenção de Deputados que não estão aqui. Eu não considero discursos que não me interessam, e tenho o poder e livre arbítrio de ir e vir, de me locomover para aonde eu quero, não sou obrigado. Estou registrado, estou trabalhando no meu mandato.

A SRA. PRESIDENTE (Cida Borghetti)

Apenas para informar ao Deputado, o painel registra a presença de 48 Deputados e Deputadas, mas muitos estão em seus gabinetes ou nas salas em anexo...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Acho que o Deputado Anibelli, como Procurador da Casa, tem mais autoridade de falar do que eu na tribuna.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

Sou Procurador e não sou vagabundo...

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Mas não falei isso de V. Exa.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) (Pela Ordem)

E V. Exa. não pode falar, porque assumiu agora, faz 30 dias, mas ficou esperando, porque V. Exa. nunca foi leal a esta Casa. V. Exa. me cobrou uma vez, nesta Casa, que eu assumi como suplente, foi indigno de pedir exame médico do Deputado Bradock. E eu disse que

nunca V. Exa. sofresse de ficar na primeira suplência. E V. Exa. pagou, por não ter dignidade e não defender esta Casa. V. Exa. assumiu, infelizmente, porque o Deputado Carlos Simões é um grande companheiro.

Então, respeite os Deputados. Sou Procurador porque sou funcionário, sou honesto, como todos os funcionários, e sua esposa é funcionária desta Casa também. Não xingue os funcionários, V. Exa. não tem moral para falar mal dos funcionários desta Casa. Respeite a sua esposa, respeite este Deputado e todos os Deputados. Não admito que V. Exa. fale mal dos funcionários desta Casa. Não sou autor do projeto do pedágio, como V. Exa. é, infelicitou os paranaenses.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

V. Exa. está faltando com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Neivo Berardin, por gentileza. Deputado Anibelli, vamos acalmar. Está restituída a palavra a V. Exa.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sr. Presidente, exijo que seja recolocada a ordem nas coisas. V. Exa. como foi Secretário dos Transportes, sabe perfeitamente que o autor do pedágio se faz executivo com as concessionárias, não é o Parlamentar. Então, não venha falar besteira aqui, querer passar para o povo uma coisa que não é verdade.

Sr. Presidente, eu solicito a V. Exa. que zere o meu tempo, tendo em vista que o Deputado Anibelli usou indevidamente, porque eu estava na tribuna no horário da Liderança do PDT...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

V. Exa. está ofendendo a Presidente, a Deputada Cida, que preside com muita dignidade. V. Exa. gasta o seu tempo, use. V. Exa. não sabe se defender, então não use a tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Com a palavra o Deputado Neivo Berardin.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Definitivamente, se formos discutir com o Deputado Anibelli, a nossa diferença é da água para o vinho, então não tem como discutir, realmente não há o que discutir, Sr. Presidente.

Mas eu venho à tribuna...

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB)

Eu sou o vinho e V. Exa. a água.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Pelo amor de Deus, Deputado Antonio Anibelli, esse tempo seu já passou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Anibelli, por favor Deputado Neivo, não pretendo ter que chamar a atenção de V. Exas. Por gentileza, use a tribuna, Deputado Neivo Berardin. Eu lhe garanto que V. Exa. não será interrompido.

O SR. NEIVO BERARDIN (PDT)

Sabe por que fui interrompido, Sr. Presidente? Por cobrar a presença dos Deputados. Tenho certeza que o eleitor quer que os Deputados estejam presentes.

Agora, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para destacar um grande feito, que considero que merece destaque, que é a questão do Prefeito de São José dos Pinhais, que o Deputado Ney Leprevost acaba de anunciar à Casa.

O Prefeito de São José dos Pinhais conseguiu em Brasília R\$ 38 milhões, oriundos do PAC, para relocar em torno de 500 famílias que vivem ao lado do rio Ressaca, em São José dos Pinhais. Essas famílias vivem em lugar inadequado, e evidentemente, que com esses R\$ 38 milhões, mais a contrapartida de apenas 5% do Município, teremos uma melhor qualidade de vida para muitas pessoas no Município de São José dos Pinhais. Será canalizado o rio, será feito o parque linear, enfim, quando um Município da Região Metropolitana e quando um Município do Estado consegue o êxito que conseguiu o Prefeito Ivan Rodrigues, temos que destacar aqui na Assembleia Legislativa.

Falava de São José dos Pinhais, mas gostaria de falar, também, dos demais Municípios do Paraná. Sabemos que 64% da receita que tem o Governo Federal é a receita oriunda dos Estados e dos Municípios. Esse dinheiro vai para Brasília e tem que voltar onde mora o cidadão: no Estado e no Município. Agora, de que maneira que os Prefeitos, que o Estado pode buscar esses recursos? Evidentemente em que ter uma assessoria que elabore bons projetos, que estejam adequados ao sistema do Governo Federal para buscar esses recursos. É evidente que São José dos Pinhais trilhou esse caminho. E por que não os outros Municípios não trilharemos o mesmo caminho? Devemos trilhar os caminhos da competência técnica. Devemos buscar os recursos que estão disponíveis no Estado, por meio de bons projetos, que sejam adequados com o nosso Estado, que sejam adequados para buscar os recursos federais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, não se faz grandes novidades na vida pública se não tiver a companhia de uma assessoria técnica capaz de auxiliar o político. Sabemos que a mesmice já está ultrapassada. A mesmice de simplesmente conquistar um mandato popular, a qualquer custo, para continuar na vida sendo aquilo que se fez no passado, ou no século passado, mas que ainda está presente em muitas partes no presente. Não vamos inovar, não vamos transferir, não vamos conseguir fazer com que a nossa economia do Estado mude, não vamos conseguir sensibilizar a nossa produção agrícola se não ensinarmos, ou não orientarmos que a nossa produção não deve ser simplesmente exportada como matéria-prima.

Devemos incentivar que se agregue valor na nossa economia do Estado. Devemos fazer com que a colheita aqui se transfere em mão de obra, se transfere em impostos, se transfere em renda para a nossa população do Estado. Não é agradável ver que a nossa economia esteja saindo do Estado simplesmente como matéria prima.

Sr. Presidente, V. Exa. me desculpe, mas é mais fácil ouvir os blocos dos Deputados que falam no plenário, do que aqui. Eu me retiro esta tribuna.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador, Deputado Jocelito Canto.

Esta Presidência esclarece que temos 50 Deputados inscritos no painel. Portanto, 50 Srs. Deputados presentes. O que não se pode, efetivamente, é exigir que os 50 Deputados estejam presentes durante toda a Sessão. O importante é que os Deputados estejam durante a votação. Mas isso já foi aventado aqui, pelo próprio Deputado Jocelito, por inúmeras vezes. É evidente que hoje é um dia especial, pelo número expressivo de Prefeitos que se encontram na Assembleia Legislativa, os Deputados constantemente têm que se ausentar para atendê-los, o que é uma prática normal aqui dentro desta Casa.

Então, quero realmente lamentar que tal discussão seja levada a efeito, não havia a necessidade disso, e realmente lamentar que o que faz parte, realmente, do bom debate, às vezes extrapola a obrigação.

Os Deputados poderão acompanhar os debates através de seus gabinetes.

O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, quando o Deputado Neivo Beraldin teve a postura da tribuna, quero fazer o registro que muitos Parlamentares estavam. Por mais inconsistente e inconveniente que tenha sido o Deputado Neivo Beraldin, eu permaneci, eu e meus Pares, sentados. Agora, há de se ter um princípio de ética e de compostura de se respeitar as pessoas, e o Deputado Neivo Beraldin não tem toda essa grandiosidade para imprimir a esta Casa um Código de Ética. Eu estava aqui sentado, por mais que o seu pronunciamento tenha sido inconveniente.

Muito obrigado.

Liderança ao Bloco PTB/PR: Deputado Jocelito Canto (PTB)

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, aliás, é uma questão de ordem minha na Mesa, que define essa questão de quando o Deputado leva falta ou não, quando ele não está no plenário ouvindo os discursos, ou quando começa a votação, que ele atrapalha a Sessão porque ele não vota. É uma questão de ordem que está com V. Exa., acho que é importante definirmos. Acho que o Deputado não tem que ouvir discurso, não, o Deputado Anibelli tem razão, não quer ouvir o discurso, não ouça. Mas acho que o

Deputado não pode faltar na hora da votação. E quando ele falta na hora da votação, ele atrapalha o projeto dos seus companheiros. Aí, concordo com V. Exa.

Mas olha, fala-se em comunicação. Abro hoje a Gazeta do Povo, e vejam só como é a imprensa, Sr. Presidente e Srs. Deputados, olhem o que está aqui no jornal Gazeta do Povo de hoje. O que diz a manchete? *Deputados aprovam fim do anonimato em lan houses do Paraná.* Está na primeira página da Gazeta. Não é verdade, não foi aprovado. Vocês vejam como os jornais se enganam, esse projeto, ontem, não foi votado aqui na Casa. Está na primeira página do jornal. Olha o mico da Gazeta do Povo, hoje! A Gazeta, que adora fazer coisas boas. Isso aqui é um mico da Gazeta, isso aqui não é verdade, não foi votado! E se tem algum Deputado, o senhor que é autor, está dizendo que foi votado? Então, o senhor não sabe o que está fazendo aqui também!

Concedo-lhe um aparte para o senhor dizer isso.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Não senhor, quero lhe informar que foi votado ontem um projeto de lei, eu não sei com qual jornal o senhor está na sua mão. Quero lhe informar que ontem foi votado um projeto de lei sobre lan houses aqui na Assembleia Legislativa. Agora, se é o mesmo projeto que está se referindo, aí eu não sei.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não foi votado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Foi votado o projeto, redação final.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não foi votado. Está aqui, não foi votado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Quero consultar a Mesa, porque estava na pauta de ontem.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

O projeto não foi votado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Ai, ai, ai! O povo do Paraná vendo isso! Ah, meu Deus do Céu! Existem pessoas que legislam para os jornais. É uma piada! O Povo do Paraná precisa ver o que os Deputados fazem aqui. Isso é brincadeira! Vou fazer, como o Belinati, programa de televisão. Tem Deputado que não presta atenção no que faz aqui.

O Sr. Pastor Edson Praczyk (PRB)

Permite-me um aparte?

(Assentimento)

Essa é uma das razões, Deputado Jocelito Canto, que eu e V. Exa. temos que dar sugestões ao novo Regimento Interno desta Casa. É extremamente importante

que o Parlamentar esteja no momento da votação dos seus projetos. Não digo isso referente ao caso do Deputado Ney Leprevost, mas em outras situações que aconteceram exatamente isso. Porque a presença do Parlamentar é extremamente importante quando surge alguma dúvida com relação àquela proposição, e poderemos tirar as dúvidas necessárias antes da votação, com o próprio autor. É um momento oportuno para se deixar esse registro também.

Obrigado.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Sr. Jocelito, posso fazer um esclarecimento?

(Assentimento)

Foi votado em 1ª discussão, na semana passada, o projeto. Nessa oportunidade foi discutida a constitucionalidade e o projeto foi aprovado. Ontem, esse projeto foi colocado na pauta novamente, que está na minha mão, a televisão pode filmar, e acabou sendo retirado na hora da votação. A 2ª votação não foi feita, mas a 1ª votação. Então, não é que o projeto não foi votado. Normalmente, o que vale aqui são a 1ª e a 2ª votações. Nunca vi ser discutida redação final, no plenário, pelo menos nesses dois anos e meio que estou aqui. Está aqui, é oficial da Assembleia Legislativa este documento e está à disposição da imprensa, de quem quiser, e estava na pauta de ontem.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Esclarecer a V. Exa. que tem uma emenda nesse projeto, que é minha.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Exatamente pela sua emenda que foi retirado o projeto, mas veio para a Sessão na pauta de ontem, para a votação. Estamos falando a mesma coisa, mas me parece que o senhor não está querendo entender o que estou tentando lhe explicar.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Não tenho o estudo que V. Exa. tem, mas não sou burro. Não sou burguês de Curitiba. Sou jacu do interior do Rio Grande do Sul.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Não estou lhe chamando de burro. Jamais acusaria um Deputado desta tribuna, porque tenho muito respeito por todos os Deputados. Falo bem de todos os Deputados, fora e dentro desta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para esclarecer ao Deputado quem vem à Sessão e não presta atenção. Esse projeto foi para a Ordem do Dia, ontem, por equívoco, mas a Mesa, na hora, percebeu e retirou, porque havia uma emenda minha, Sr. Presidente. A Gazeta do Povo pagou mico e não sei porquê publicou que foi aprovado. O projeto não foi aprovado em 2ª discussão, o mérito não foi julgado ainda. Apenas a constitucionalidade

foi julgada. Apresentei uma emenda que voltou. O projeto não está aprovado, no projeto foi aprovada a constitucionalidade, ele é constitucional, sofreu uma emenda de Plenário, voltou para a CCJ, está na CCJ. Houve um equívoco ontem e este projeto constou na pauta. Mas na hora de votar, a Mesa percebeu que tinha uma emenda e não votou, tirou o projeto, não votou o projeto porque não podia, então votou só a constitucionalidade, não votou o mérito.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Jocelito, desculpe interromper novamente, com toda boa vontade, com toda a educação, não é intuito meu contestá-lo, de forma alguma, só quero entender uma coisa: então por que o projeto estava ontem na pauta? Estou com a pauta aqui na minha mão, é documento oficial aqui da Assembleia, e aqui diz: redação final.

Se era redação final como é que pode entrar uma emenda? Só se houve erro da assessoria da Mesa, então a Mesa que se explique.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Mas eu acabei de falar...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Deputado Jocelito, V. Exa. tem um minuto para concluir, e eu quero ajudá-lo a esclarecer esse impasse, para que não paire mais dúvida alguma: o projeto, no primeiro momento, foi aprovado pela sua constitucionalidade, e é bom que se diga: o projeto é extremamente meritório, é extremamente importante e esta Casa vê com bons olhos. O projeto voltou em 2ª discussão, recebeu a emenda e consequentemente volta à CCJ. Portanto, o projeto ainda não foi aprovado, ele volta à CCJ. A emenda que tomo conhecimento é do Deputado Jocelito Canto, será apreciada e volta ao Plenário para ser votada somente a emenda, acompanhada do projeto.

Fica esclarecido, e não há necessidade que se exaltem os ânimos que é bom que fique bem claro.

V. Exa. conclua, por gentileza, Deputado Jocelito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, V. Exa., magistralmente, esclareceu o episódio. Agora o Deputado Ney Leprevost disse que consta na pauta. Ontem, se o senhor estivesse atento aqui, podia ter levantado e perguntado o que estava acontecendo. Hoje o senhor levanta para me contestar. Deveria ter levantado ontem para perguntar por quê não foi votado, mas V. Exa. não sabe o que votou, não sabe, não sei se V. Exa. estava aqui ontem.

O Sr. Ney Leprevost (PP)

Deputado Jocelito, por favor, V. Exa. não deve faltar com a verdade, o senhor sabe muito bem que quando vemos na pauta que o projeto está em redação final, ficamos tranquilos, porque não se discute em redação final, na pauta estava como redação final. Deputado Jocelito, eu pergunto: que mal eu fiz na sua vida para o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Bom, eu vou ter que agradecer ao Deputado Jocelito e cancela a palavra de V. Exas., porque estamos aqui discutindo algo que não há o que discutir, já explicamos que o projeto voltou à CCJ, possivelmente na próxima Sessão da CCJ será apreciada a emenda, e aí sim voltará a Plenário. Não há mais o que discutir, estamos aqui perdendo tempo, discutindo o sexo dos anjos.

Por gentileza, conclua Deputado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Acho que não vou falar, porque não dá: é um burguês de Curitiba, com um cara do interior. Não vai dar certo. Então, fica a palavra do burguês com a do cidadão do interior, o povo que analise e acabou, não adianta, ele acha que é o dono da verdade.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Bloco PSB/PRB/PV, com a palavra o Deputado Reni Pereira.

***Liderança do Bloco PSB/PRB/PV:
Deputado Reni Pereira (PSB)*****O SR. RENI PEREIRA**

Deputado Nelson Justus, Deputadas, Deputados, imprensa.

Os ânimos estão quentes aqui Deputado do Marcelo Rangel. Utilizo este horário para fazer um apelo pelo bom senso, porque hoje tivemos uma discussão na CCJ em torno do relatório do Deputado Douglas Fabrício, que relatou favoravelmente a uma mensagem de um projeto de lei do Governador do Estado, substituindo a PEC da Maternidade, que foi proposta pela Deputada Luciana Rafagnin e Deputado Elton Welter nesta Casa, vários Deputados assinaram, inclusive nosso bloco todos assinaram. E o Governador enviou uma mensagem para esta Casa alterando o Estatuto dos Servidores Cíveis do Paraná, concedendo 180 dias.

O Deputado Fernando Scanavaca me consultou, algo que realmente um lapso pode ocorrer. Isto até demonstrar que todos estamos suscetíveis a erro, inclusive o próprio Governo do Estado, que tem um grande aparato jurídico. E não fomos por este lado de buscar crucificar ninguém. Tão logo o Deputado Scanavaca me indagou: “Por que só as civis?”, fiz uma questão de ordem ao Presidente da CCJ, perguntando se estávamos votando a constitucionalidade. Como vamos julgar constitucional um projeto de lei que concede direitos somente às servidoras públicas civis? E o princípio da igualdade como fica? Aí, nesse momento, inclusive com a presença de algumas servidoras civis, que estavam inclusive com os bebês, prestigiando a CCJ, então, ato contínuo buscávamos ali, o Deputado Líder do Governo ligou para alguém do Governo, não obtivemos a resposta se essa lei, por si só contemplaria.

Posteriormente, a assessoria da CCJ nos informou que os servidores militares tem um Estatuto próprio. Nesse momento, também numa questão de ordem do Deputado Tadeu Veneri, que entendia que por uma mensagem de lei não podemos alterar duas outras leis. Não sei se isso procede. Mas o fato é que para não atrapalhar o andamento dessa lei do Governador, não apresentamos lá a emenda, até porque não havia consenso em torno dessa emenda.

Eu me absteve da votação, não protestando quanto ao relatório do Deputado Douglas Fabrício, mas entendendo que para o projeto ficar perfeitamente constitucional e legal, deveria estender também o benefício às servidoras militares. E coletamos assinatura da maioria dos membros, faltou tão-somente o Presidente da CCJ e o Deputado Líder do Governo. Estamos com a emenda pronta, mas não queremos aqui a emenda pela emenda, queremos a garantia do direito à todas as servidoras que passarão a ter esses 180 dias. Recentemente o Deputado Alexandre Curi propôs aqui uma emenda coletiva, mas o fato é que tão logo venha a ser votada a constitucionalidade aqui nesta comissão, estaremos num dilema. E para evitar debates como esse que estamos vendo aqui, acho que seria prudente encontrarmos a equação, porque a 1ª votação será justamente a constitucionalidade. E como que vamos votar a constitucionalidade de um projeto que não contempla o princípio constitucional da isonomia e da igualdade? Temos que achar essa solução. Seja o Governador enviando uma nova mensagem, seja alterando esse projeto, a relatoria do Deputado Douglas Fabrício por contestar. Nós queríamos melhorar, para evitar que o Governo sofra um desgaste de ter ações contra ele, por não contemplar o princípio da igualdade.

Também tem um outro aspecto que são aquelas adoções, que hoje têm também estendidos os mesmos direitos às mães natais, e o projeto de lei diz: das gestantes. Temos que melhorar o projeto e é para isso que esta Casa existe. Se tudo fosse perfeito, não precisaria o Governador mandar mensagem nenhuma para cá, ele faria por decreto.

Com o aparte do Deputado Douglas Fabrício.

O Sr. Douglas Fabrício (PPS)

Deputado Reni, V. Exa. fez uma observação importante. É um projeto importante do Governador. A nossa relatoria foi favorável. O nosso relatório é favorável, em função de que o Governo beneficia as mulheres, as gestantes, as funcionárias públicas.

No meu entendimento, as funcionárias públicas militares, o Governo deve mandar outro projeto para cá. Aí está não só a questão legal, mas também a questão da coerência. Já relatamos favoravelmente esse projeto, concedendo 180 dias de licença-maternidade para as futuras mães, vamos chamar assim, que serão as mulheres que trabalham hoje no Governo do Estado como funcionárias públicas civis.

Tenho certeza que essa discussão que houve hoje na CCJ, o Líder do Governo Deputado Romanelli estava presente, já deve também entrar em contato com o Governo e pedir que o Governo mande um outro projeto da mesma estirpe para beneficiar as servidoras públicas militares. Daí tenho certeza que esse problema será sanado, e mais rapidamente será aprovado por esta Casa, tanto este projeto que já está aprovado na CCJ, concedendo 180 dias para as futuras mães, assim como o próximo que virá do Governo. Esse é o meu entendimento.

O Sr. Marcelo Rangel (PPS)

Só para dizer que estou apresentando uma emenda a esse projeto, que acho que é um projeto muito importante, prevendo uma extensão, também, para as gestantes, as mães de filhos prematuros. Mães que tiveram filhos com oito meses, sete meses, seis meses, que possam também fazer uma extensão dessa licença-maternidade, mesmo porque as mães não têm contato com os filhos, muitas vezes ficam em incubadoras, e precisava ser previsto também nesta lei.

Por isso encaminhei uma emenda. Gostaria muito que essa emenda já viesse para o plenário com a aprovação da CCJ também, para que ela não retornasse, porque precisamos aprovar com a maior urgência possível.

Obrigado pelo seu pronunciamento.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Infelizmente a sua emenda não foi contemplada e o projeto foi votado. Somente o parecer do Deputado Douglas Fabrício que foi aprovado. Não por unanimidade, porque eu me abstive. Até porque o mesmo constrangimento que eu não quis ter na CCJ, é isso que quero evitar no plenário, Deputado Nelson Justus. Esse constrangimento não podemos ter no plenário.

Agora, se houver um compromisso do Governo, esse compromisso não é comigo, não é com nenhum Deputado, é com a Mesa, é com V. Exa. dizendo: “Estou mandando”. Nós podemos votar, porque vamos estar justificando para a sociedade paranaense que votamos a constitucionalidade, num compromisso do Governo do Estado de estender também o mesmo benefício às servidoras militares.

Então, esse tipo de debate que achamos de ter aqui, se pudermos evitar, temos que evitar. Se pudermos contribuir, através de lei, para facilitar a vida de todos os paranaenses e, nesse caso das servidoras públicas, por que deixarmos uma brecha para que as servidoras militares ingressem em juízo, ocupem os Tribunais, ocupem os procuradores do Estado, numa defesa que não vai ter êxito? Acho que se pode simplificar o processo, por que complicar?

Com o aparte o Deputado Mauro Moraes.

O Sr. Mauro Moraes (PMDB)

Agradeço ao Deputado Reni, quero agradecer aqui as palavras elogiosas e favoráveis às mulheres policiais

militares. Eu já tinha preparado a emenda para apresentar amanhã, porque foi aprovado na Comissão de Justiça, hoje, um projeto totalmente discriminatório. Onde vamos dar somente para as gestantes civis? As mulheres militares não têm os mesmos direitos que as mulheres civis?

Então, eu já tinha apresentado e está prontinho para apresentar amanhã, estendendo esse benefício à todas as policiais militares do Estado do Paraná.

Seria uma injustiça conceder somente para as mulheres civis, deixando de lado as policiais militares.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero apenas para contribuir com a discussão, dizer o seguinte: nós temos um Regimento Interno. A PEC vem a Plenário, é publicada, monta-se uma comissão, a comissão vota, cria-se uma comissão e abre-se prazo para que os Deputados apresentem emendas e nós vamos apresentar emendas no momento de votação; sabemos que não é possível mais.

É efetivamente complicado? É! Mas é totalmente extemporâneo. Concordo com V. Exa. que se está cometendo uma discriminação que poderia ser sanada, mas não vai ser com uma emenda à Constituição, nessa altura do campeonato, porque não pode. Simplesmente é inconstitucional e não podemos receber uma emenda, em 2ª discussão, numa PEC, e V. Exa. sabe disso.

Apenas para contribuir, eu não participei da CCJ, mas é assim mesmo. O Deputado Reni Pereira sabe disso, tenho certeza.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Deputado Nelson Justus, não estamos debatendo a PEC, é uma mensagem de um projeto de lei do Governo que chegou.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Se a mensagem vier errada ela pode ser corrigida, o Governo que corrija a tempo, e pode complementar. Isso pode acontecer, perfeitamente.

O SR. RENI PEREIRA (PSB)

Pode, mas quando ela infringe um aspecto constitucional e um princípio, acredito que o foro mais competente para isso é a CCJ.

O que estou reafirmando é que se deixarmos alguma brecha pequena, aparentemente inofensiva como essa, poderemos causar grandes transtornos, e daqui a pouco abrir espaço para que o Deputado Jocelito Canto, que é o guardião do Regimento, da Constituição do Estado do Paraná, suba naquela tribuna e faça exatamente o que acabou de fazer, e com razão.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Queria aproveitar e registrar aqui, com muito orgulho, a presença do pessoal do curso de Direito de Ponta Grossa. Essa é uma das belas faculdades que foram abertas, no período de 1997 a 2000, quando fomos

Prefeito de Ponta Grossa, e aqui temos a presença dos acadêmicos dessa faculdade que, sem dúvida nenhuma, é um dos grandes orgulhos do Estado do Paraná e de Ponta Grossa, e que tivemos uma contribuição lá atrás, cedendo terreno para que essa grande instituição pudesse ter mais cursos, como tem hoje.

Queria registrar aqui a presença dos eminentes acadêmicos, professores, cumprimentá-los. Eles estiveram em vários locais hoje aqui.

O SR. PÉRICLES MELLO (PT) (Pela Ordem)

Também quero me somar ao Deputado Jocelito Canto, recebendo com muita honra nesta Casa os acadêmicos do CESCAGE e professores que estão visitando todos os gabinetes e contribuindo para abrilhantar esta tarde.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero aproveitar para saudar os acadêmicos, em nome do Deputado Plauto Miró e do Deputado Marcelo Rangel, que são também os representantes aqui de Ponta Grossa.

Sejam sempre bem-vindos a esta Casa.

O SR. CAÍTO QUINTANA (PMDB) (Pela Ordem)

Quero estender essa saudação também, visto ter recebido dessa faculdade o título de Professor *Honoris Causa*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Meus cumprimentos

Liderança do Bloco PPS/PMN: Deputado Marcelo Rangel (PPS)

O SR. MARCELO RANGEL

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Senhores Deputados, senhores da imprensa, acadêmicos, futuros advogados de Ponta Grossa, cidadãos do Paraná.

Subo à tribuna pela Bancada da Oposição, para falar a respeito de um projeto que será votado dentro de instantes, o Projeto nº 099/09, de autoria do Poder Executivo, que dá nova redação à alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30 de janeiro de 2007, incentivo fiscal para as empresas que promoverem empregos.

Falo aqui pela Liderança da Oposição, porque apresentamos uma emenda modificativa a este texto, de autoria do Deputado Reni Pereira, com apoio do Deputado Edson Strapasson, e é uma emenda de nossa autoria. Esta emenda, acredito que seja de grande alcance social, que vamos aprovar na tarde de hoje. A emenda prevê que as empresas que promoverem admissões no Estado do Paraná vão receber benefícios financeiros, créditos financeiros existentes pela agência de fomento estadual.

Se uma empresa admitir a ordem de 10%, mais cargos na sua folha de pagamento, terá prioridade para conseguir financiamento da agência de fomento.

Estamos preocupados com a questão do desemprego no Estado do Paraná, e com a aprovação desta lei, que dentro de instantes virá a Plenário, estaremos beneficiando, tenho certeza, muitos, centenas - para não dizer milhares - de trabalhadores que poderão ter a carteira assinada, porque as empresas que promoverem essas admissões na ordem de 10% vão receber este incentivo financeiro.

Então, gostaria de parabenizar o Poder Executivo por encaminhar esta mensagem ao Plenário, mas também parabenizar o Deputado Reni Pereira, o Deputado Edson Strapasson e a Bancada da Oposição, pela feliz ideia de poder promover uma emenda que vai promover emprego no Estado do Paraná.

Gostaria de deixar registrado, e pedir o apoio de todos os nobres Parlamentares para a aprovação deste projeto em questão.

Era isso, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, para não ficar dúvida, este projeto que vamos votar agora, relacionado pelo eminente Deputado que esteve na tribuna, não é do Governo. Para não ficar dúvida aqui, este projeto pertence à Bancada do PMDB, e não do Executivo.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Concedemos a palavra ao Deputado Luiz Claudio Romanelli.

Liderança do Governo: Deputado Luiz Claudio Romanelli (PMDB)

O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

O fato é o seguinte: eu ouvia o pronunciamento do Deputado Reni Pereira e desde hoje, na CCJ, estamos debatendo. Porque o Deputado Reni Pereira, sempre tenho dito, é uma das melhores inteligências aqui desta Casa. É um Parlamentar atento naquilo que faz, eu reconheço isso publicamente, sempre. Ele, efetivamente, identificou hoje que o Governo, na boa intenção do Governador Roberto Requião, poder regularmente a extensão da licença-maternidade, uma luta, vou repetir, historicamente nesta Casa, conduzida pela Deputada Luciana Rafagnin e pelo Deputado Elton Welter, entre outros Deputados. O Governador Roberto Requião enviou a esta Casa um projeto de lei para regulamentar a extensão. Inclusive para estabelecer a todos.

Da mesma forma procedeu o Governo Federal. Na Constituição da República, continua vigiando o regime de 120 dias de licença-maternidade. Ele foi estendido para 180 através de um projeto de lei, que tornou facultativo às empresas privadas, com base em uma série de questões

que envolvem benefícios fiscais, conceder a licença-maternidade para as suas empregadas, que são, obviamente, regidas pelo regime celetista. Muitos Municípios e Estados estão regulamentando o tema, o que não é para ser tratado efetivamente por emenda constitucional. Esta Casa votou, é verdade, em 1ª discussão, uma PEC e nós, na época da votação, falamos: olha, não é para ser tratado esse tema, porque ele é de exclusiva competência da chefia do Poder Executivo, seja aqui no Paraná, em Curitiba, em São Paulo, ou em qualquer lugar do País que tenha o nosso ordenamento jurídico.

Então, o que ocorre?

Aqui tomamos a decisão política. Tanto eu como o Deputado Alexandre Curi conversamos com o Governador Requião, o Presidente Nelson Justus insistiu muito para que resolvêssemos esse tema, reivindicação do conjunto dos servidores públicos, especialmente das servidoras públicas do Estado do Paraná, e aí chegamos a este momento. Era para ter sido votado na semana passada, sendo que só não o foi por conta, obviamente, que houve um imprevisto por conta do relator e veio para esta Sessão de terça-feira, quando foi efetivamente identificado um tema que envolve a aplicação do princípio da igualdade, princípio basilar que está esculpido no artigo 5º da Constituição, que é efetivamente um direito também das mulheres que integram especificamente a carreira militar de terem o direito da licença-maternidade de 180 dias.

Conversei com a Secretária Maria Marta, e estamos efetivamente encontrando a solução técnica e jurídica para resolver esse tema, até porque é interesse do Governador Requião resolver isso de uma vez por todas, para poder sancionar essa lei. E com isso, vamos dar uma solução.

Agora, não adianta também aqui atropelarmos, do ponto de vista do processo legislativo, um tema que é complexo e sempre tem implicações, porque estamos alterando o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado do Paraná, e efetivamente temos que incluir, claro, aqueles que seguem a carreira militar, que têm um Estatuto próprio, um regulamento próprio que regula a vida desses servidores e servidoras, que também são servidores públicos. Por isso que digo que vamos tratar do tema e vamos aguardar o término do estudo feito pela Secretária da Administração, Maria Marta.

Também concordo, do ponto de vista até conceitual e filosófico, que a aplicação do princípio da igualdade bastaria para resolver isso, mas talvez seja necessário colocar gestantes, adotantes, e esclarecer, de forma definitiva, para que não haja dúvidas. Isso porque sabemos que o direito no Brasil é positivista. E o que é o positivismo? É o que está escrito efetivamente, é aquilo que está legislado, aquilo que está normatizado e, muitas vezes, os princípios constitucionais só recentemente começaram efetivamente a ter força, mas ainda os operadores do Direito, muitas vezes alguém vai ter dúvidas se aplica não só para a gestante, mas também para a adotante.

Então, vamos deixar bem clara a redação, vamos corrigir, seja por uma complementação vinda do Poder Executivo, ou seja por uma emenda feita coletivamente aqui, que naturalmente teria inicialmente a primeira assinatura da Deputada Luciana Rafagnin, para que possamos corrigir e fazer, de fato, aquilo que é fundamental, que é fazer valer a licença-maternidade de seis meses para todas as servidoras públicas, civis e militares, do Estado do Paraná, que é o que interessa, na verdade. E no mais, ficamos, é claro, com essa discussão.

Agora, efetivamente quero aqui dizer que nesta Casa, conseguimos sempre manter, entre nós, um clima de extrema dificuldade, às vezes, no relacionamento, mas ao mesmo tempo sempre mantivemos um nível elevado de debate, até porque ninguém está aqui para chamar a atenção de ninguém, e cada um presta atenção se quiser ou não no pronunciamento que alguém está fazendo da tribuna. Eu, por exemplo, tenho o privilégio de estar sendo aqui ouvido por muitos Parlamentares, mas os que não estão me ouvindo, na verdade é um direito de ouvir ou não. Agora, sinceramente, é improdutivo para o debate político e para o processo legislativo sairmos daquilo que sempre houve aqui, da relação fraterna, dura às vezes, é verdade, mas fraterna que sempre tivemos nesta Casa, relação cordial entre todos e todas, porque aqui viemos enviados pelo povo paranaense para poder, de fato, fazer, e esta Assembleia não tem faltado ao povo paranaense. Temos aprovado leis, temos feito regulamentações importantes da vida das pessoas, e isso é fruto, claro, de um processo de construção entre Oposição e Situações, mas fundamentalmente sempre guiados pelo bom senso.

Por isso, Sr. Presidente, que fiquem só nas trovoadas da madrugada, para que possamos restabelecer aqui sempre esse clima cordial e fraterno que existe dentro desta Casa de Leis.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Parabéns pelo seu pronunciamento, Deputado.

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Indicação nº 729/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a conclusão do Parque do Japão - IMIN 100, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Indicação nº 730/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, constante do expediente, sugerindo ao Exmo. Sr. Governador do Estado, a recuperação asfáltica no

contorno sul, na avenida Prefeito Sincler Sambatti, no Município de Maringá. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projeto de lei de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Professor Lemos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2913, de autoria do Deputado Felipe Lucas, constante do expediente, justificando sua ausência na Sessão Ordinária do dia 15/06/09, em virtude de compromissos oficiais (reuniões) assumidos no interior do Estado. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/09, de autoria da Bancada do PMDB. Anexos Projetos nºs 003/09 e 095/09, que dá nova redação a alínea “a” do artigo 1º e a redação do artigo 3º da Lei nº 15426, de 30/01/07 (incentivo fiscal). COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CF. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. COM EMENDA DA CF. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. NA FORMA DA SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ. EMENDAS DE PLÊNARIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DA CCJ.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDAS DE PLÊNARIO À
SUBEMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AOS
PROJETOS DE LEI Nº 003, 095 e 099/99

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise já foi apreciado por esta Comissão de Constituição e Justiça, recebendo parecer favorável desta relatoria aprovado em 31/03/09.

Indo ao Plenário desta Casa de Lei, em segunda votação recebeu as seguintes emendas.

01 - MODIFICATIVA:

- de autoria do Deputado Alexandre Curi e outros, propondo nova redação ao artigo 2º da Subemenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Lei nºs 003, 095 e 099/09, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando sem efeitos as disposições dos artigos 2º e 3º da Lei nº 15426, de 15/01/07, enquanto vigentes.”

02 - MODIFICATIVA

- de autoria do Deputado Professor Lemos e outros, propondo nova redação do alínea ‘a’ do artigo 1º da Subemenda Substitutiva Geral da Comissão de Constituição e Justiça aos Projetos de Lei nºs 003, 095 e 099/09, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 1º (...)

a) manutenção de nível de emprego e vedação de dispensa, salvo por justa causa ou motivação financeira obstativa da continuidade da atividade econômica devidamente comprovada pelo beneficiário do incentivo fiscal.”

Chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável as Emendas Modificativas de Plenário à Subemenda Substitutiva.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CLAUDIO ROMANELLI - Relator

Apoioamento:

Douglas Fabrício, Nereu Moura, Luiz Carlos Martins, Francisco Bühner, Artagão Junior, Caíto Quintana e Tadeu Veneri.

Em discussão. Em votação.

Com sua discussão encerrada, está em votação o projeto, ressalvadas as emendas. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado, artigo por artigo.**

Está em votação agora a subemenda substitutiva geral votação as Emendas nº 01 e 02 do Plenário. Há subemenda da CCJ. Os Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovada.** Consequentemente as demais emendas estão prejudicadas.

O SR. ELIO RUSCH (DEM) (Pela Ordem)

Só para dizer que votamos o item 01, só para deixar bem claro, mais uma vez, para os nossos Parlamentares e para a sociedade do Paraná.

Quando não se aprovou a PEC do Emprego, aquela tão falada PEC do Emprego que a Bancada da Oposição, os Deputados todos foram criticados, falávamos naquela ocasião que tinha uma lei, chamada Lei Ratinho, que já disciplinava e já regulamentava as empresas que eram beneficiárias de algum incentivo fiscal por parte do Governo. Pois bem, a PEC não foi aprovada. A própria Bancada do PMDB, como diz aqui no item 01, é autora dessa emenda para alterar a lei já existente.

Só para ficar comprovado que a Bancada da Oposição, quando se manifestou contrária à PEC que foi votada, que nós estávamos certos, que tinha uma legislação que estava regulamentando. E agora corrigimos e adaptamos a lei já existente, na época aquela que nós defendíamos quando a Oposição foi injustamente acusada por sindicatos aqui do Paraná, folhetos foram distribuídos injustamente pelos Deputados que não votaram favoráveis e não compareceram naquela ocasião.

Só quero fazer esse registro, para dizer que os Deputados da Oposição, como os Deputados da Situação que eu acredito, todos têm o interesse de defender o desenvolvimento dos empregos no Estado do Paraná e defender as nossas empresas. Esse registro que eu faço é para dizer que os Deputados da Oposição estavam certos, estão certos, e confirmado agora com esse projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Cabe o registro de V. Exa., Deputado.

3ª Discussão

ITEM 02

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/08, de autoria do Deputado Jonas Guimarães, que declara de utilidade pública a Federação de Pais, Mestres e Funcionários das Escolas Públicas do Estado do Paraná - FEPAMEF, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDAS DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDAS DA CCJ. APROVADAS EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovadas as emendas. Projeto - Aprovado.**

2ª Discussão

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/09, de autoria do Deputado Dr. Batista, que cria a Semana de Conscientização da Medicina Preventiva, a ser realizado na terceira semana de outubro. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CS. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 04

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 206/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 021/09, que objetiva autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Coronel Vivida. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC.

Sobre o referido projeto, Emenda Substitutiva Geral de Plenário, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO DE Nº 01 AO PROJETO DE LEI Nº 206/09

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a doação, ao Município de Coronel Vivida, de imóvel constituído pelos lotes nº 08 e 09 da quadra 01, que somam 928,00 m2, naquela Cidade, sob as matrículas nºs 6918 e 6919, do Registro de Imóveis da Comarca de Coronel Vivida.

Art. 2º ...

Art. 3º A presente doação poderá ser alienável.

Sala das Sessões, em 16/06/09.

(a) NEREU MOURA

Apoiamento:

Duílio Genari, Felipe Lucas, Reni Pereira, Durval Amaral, Artagão Júnior e Chico Noroeste.

O Projeto retorna à Comissão de Constituição e Justiça.

ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 225/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 025/09, que autoriza o Poder Executivo a doar imóvel ao Município de São José dos Pinhais. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 255/09, de autoria do Deputado Pedro Ivo, que declara de utilidade pública o Clube do Cavalo de Porto União da Vitória, com sede e foro no Município de União da Vitória. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 274/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 039/09, que autoriza o Governo do Estado do Paraná a doar, ao Município de Figueira os lotes conforme especifica. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 016/09, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que denomina o Município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CAICTM. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/09, de 09/02/09, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 016/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de autoria do nobre Deputado Luiz Nishimori tem como escopo dar ao Município de Marialva a denominação de Capital da Uva Fina, tendo em vista sua produção de uvas desse gênero.

Fundamentação

Nos termos do presente projeto, a referida denominação servirá de referência de identificação do Município de Marilava, em razão da produção de uvas finas que possui, bem como passará a fazer parte do Calendário de Eventos Comerciais, Industriais e Turísticos do Paraná.

O Município de Marialva foi criado pela Lei nº 790/51, após desmembrar-se do Município de Mandaguari e seu nome é uma homenagem ao Marquês de Marialva, Pedro de Alcântara Menezes, um cavaleiro português falecido em 1799.

No que diz respeito à legalidade e constitucionalidade do presente projeto, importa ressaltar o caráter cultural impingido pela produção de uvas finas no Município de Marialva, tornando-a verdadeiro bem cultural material, capaz de moldar a identificação da região com o polo da referida cultura.

É no intuito de proteger e fomentar essa cultura, que o presente projeto de lei pretende estabelecer no Calendário Estadual Oficial de Eventos Comerciais, Industriais e Turísticos a denominação Capital da Uva Fina, em consonância com o artigo 215 da Constituição da República:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

Claro está que a instituição, por meio legal, da denominação Capital da Uva Fina, e seu consequente estabelecimento no Calendário Estadual Oficial dará efetividade ao mandamento constitucional, incentivando e valorizando a cultura local.

Também no Estado do Paraná, a Constituição Estadual, em seu artigo 191 dispõe que:

Art. 191. Os bens materiais e imateriais referentes às características da cultura, no Paraná, constituem patrimônio comum que deverá ser preservado do Estado, com a cooperação da comunidade.

Dessa forma, considerando ser a denominação Capital da Uva Fina elemento afirmador da cultura local, e tendo em vista o dever de preservação imposto ao Estado por meio do artigo 191, afigura-se constitucional e legal a aprovação da presente propositura legislativo.

Conclusão

Diante do exposto e tendo em vista a constitucionalidade do presente projeto de lei aferida, opina-se pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 04/04/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO PROJETO DE LEI Nº 016/09

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, denomina o município de Marialva como Capital da Uva Fina do Estado do Paraná.

Fundamentação

A proposição já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça no tocante à sua legalidade e constitucionalidade.

Em relação ao conteúdo material, o projeto merece ser apoiado por esta comissão, pois visa a estimular o desenvolvimento econômico e cultural da região ao dar

uma identidade oficialmente reconhecida ao Município de Marialva, que doravante será conhecida como a Capital da Uva Fina.

Conclusão

Ante o exposto, presentes os requisitos formais e materiais, o parecer deste relator é pela aprovação do projeto por esta Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, a fim de que a presente proposição prossiga em seu trâmite regimental.

Sala das Comissões, em 01/06/09.

(aa) FERNANDO SCANAVACA - Presidente

TERUO KATO - Relator

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 049/09, de autoria do Deputado Nelson Justus, que declara de utilidade pública estadual a ACMAF - Associação Comunitária de Moradores e Amigos da Vila Fanny e Adjacências, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARACER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 010/09, de 18/02/09, em Projetos de Lei)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 049/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Justus, tem por objetivo declarar de utilidade pública a ACMAF - Associação Comunitária de Moradores e Amigos da Vila Fanny, com sede e foro no Município de Curitiba, Estado do Paraná.

Fundamentação

Chamada esta comissão a se manifestar quanto à legalidade e constitucionalidade do referido projeto, por estar o mesmo de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Ainda, o projeto de lei em análise não encontra óbice na Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a elaboração legislativa.

Conclusão

Assim somos de parecer favorável à normal tramitação do projeto em análise.

Sala das Comissões, em 02/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 208/09, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 023/09, que objetiva a autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Loanda. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEOPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 043/09, de 05/05/09, em Mensagens)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 208/09

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem por objetivo a doação de imóvel ao Município paranaense de Loanda, em atendimento ao interesse público, uma vez que referido bem será destinado, exclusivamente, ao funcionamento dos serviços públicos municipais.

Fundamentação

Inicialmente, considerando-se as atribuições dispostas no artigo 33, parágrafo 2º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, compete à Comissão de Constituição e Justiça a manifestação acerca ao aspecto constitucional, legal, jurídico e de técnica legislativa deste projeto.

De acordo com a Lei nº 4717/65, reguladora da Ação Popular, o patrimônio público compõe-se pelos bens e direitos de valor econômico, artístico, histórico ou turístico; pertencentes, pois, aos entes da Administração Pública Direta e Indireta¹. O Código Civil Brasileiro de 2002, por sua vez, dispõe que os bens públicos distinguem-se em: de uso comum do povo, de uso especial e os dominicais², que são aqueles sem destinação pública definida, razão pela qual podem ser aplicados pelo Poder Público, para obtenção de renda; é o caso das terras devolutas, dos terrenos de marinha, dos imóveis não utilizados pela Administração.³

A Constituição da República Federativa do Brasil dispõe que é de competência comum entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios a conservação do patrimônio público⁴. Por sua vez, a Federal nº 8666/93 dispõe que a alienação de bens da Administração Pública será realizada mediante prévia avaliação e processo licitatório na modalidade de concorrência, a ser dispensado em casos específicos, bem como diante a existência de interesse público devidamente justificado⁵.

Ou seja, a alienação de bens dominicais - sendo a doação uma de suas hipóteses - para tornar-se válida, exige demonstração de interesse público, prévia avaliação, licitação e autorização legislativa⁶. Portanto, faz-se imprescindível a comprovação de que, pretendido ato de alienação, é correspondente ao interesse geral.

O interesse público nada mais é que a dimensão pública dos interesses individuais, ou seja, dos interesses de cada indivíduo enquanto participe da Sociedade (entificada juridicamente no Estado), nisto se abrindo também o depósito intertemporal destes mesmos interesses, vale dizer, já agora, encarados eles em sua continuidade histórica, tendo em vista a sucessividade das gerações de seus nacionais⁷.

Insta observar que a análise acerca da existência de interesse público compete ao Chefe do Poder Executivo Estadual, uma vez que é de sua atribuição legislar sobre matéria afere à Administração Pública, referentemente à gestão do patrimônio público⁸. Por conseguinte, ao pretender doar imóvel ao Município de Loanda, com a finalidade de destinar referido bem ao funcionamento de serviços públicos daquela municipalidade, o Governador objetiva atender ao interesse geral.

Ademais, a Constituição do Estado do Paraná determina que os bens imóveis, pertencentes ao Estado, somente poderão ser objeto de doação quando o seu beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Indireta⁹.

Desta feita, vislumbra-se a perfeita consonância entre a pretensão deste projeto de lei aos moldes constitucionais, posto que obediente à esfera de competência atribuída ao Poder Executivo, bem como às exigências constitucionais relacionadas às hipóteses de alienação de bem pertencente à Administração Pública.

Por fim, quanto à estruturação normativa, inexistem óbices às normas de técnica legislativa disposta na Lei Complementar nº 095/98.

1. Art. 1º, parágrafo 1º, da Lei nº 4717/65. Consideram-se patrimônio público, para os fins referidos neste artigo, os bens e direitos de valor econômico, artístico, estético, histórico ou turístico.

2. Art. 99. *Caput*, da Lei nº 10406/02, são bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da Administração Federal, Estadual, Territorial ou Municipal, inclusive os de suas Autarquias;

III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

3. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007, 18ª edição pg. 579.

4. Art. 23. *Caput* CF/88. É competência comum a União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: I - zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público.

5. Art. 17 da Lei nº 8666/93. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:

I - quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para órgãos da Administração Direta e Entidades Autárquicas e Fundacionais, e, para todos, inclusive as entidades paraestatais, dependerá de avaliação prévia e de licitação na modalidade de concorrência.

6. DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo, São Paulo: Ed. Atlas, 2007, 18ª edição pg. 593.

7. BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio. Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Ed. Malheiros, 2005, 18ª edição, pg. 52.

8. Art. 87 da Constituição Estadual. Compete privativamente ao Governador:

VI - dispor sobre a organização e o funcionamento da Administração Estadual, na forma da lei.

Conclusão

Em assim sendo, em face da Constitucionalidade e Legalidade deflagradas, opinamos pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 08/06/09.
(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 208/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Loanda.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos insdiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de serviços públicos municipais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.
(aa) MARCELO RANGEL - Presidente
DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 260/09, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 031/09, de autoria do Poder Executivo a doar imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 055/09, de 27/05/09, em Mensagens).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 260/09

P A R E C E R :

Do Projeto de Lei

O Projeto de Lei nº 260/09 de autoria do Poder Executivo, tem por escopo autorizar a efetuação de doação de imóvel, ao Município de Quedas do Iguaçu, de área constituída com 3.600,00m², com edificação de 162,00m², na rua Jacarandá, nº 1354, matrícula nº 10578, do Registro Geral de Imóveis da Comarca de Laranjeiras do Sul. O imóvel destina-se exclusivamente, para funcionamento de serviços públicos municipais, retornando a patrimônio do Estado em caso de destinação diversa.

9. Art. 10 da Constituição Estadual. Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua administração indireta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada de utilidade pública, ou para fins de assentamentos de caráter social.

Competência e Previsão Legal

É indispensável à análise no aspecto da legitimidade para legislar acerca da matéria deste projeto de lei, assegurado pelo artigo 65 da Constituição do Estado do Paraná, que o Governador do Estado, detém de iniciativa para propor leis complementares e ordinárias para a referida aprovação.

Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição. (grifo nosso).

Vislumbra-se ainda que o Governador está autorizado pelo Regimento Interno desta Casa de Leis em propor projetos de lei.

Art. 124. A iniciativa dos projetos caberá a qualquer Membro da Assembleia, ao Governador, aos Tribunais e ao Ministério Público, que poderão solicitar o seu arquivamento ou a sua restituição, em qualquer fase de sua tramitação. (grifo nosso).

Parágrafo Único. Todos os projetos, ressalvada a competência exclusiva do Governador, dos Tribunais e do Ministério Público, terão origem na Assembleia, sob a iniciativa de qualquer Deputado ou comissão. (grifo nosso).

Assim, o Governador do Estado, tem competência para iniciar projeto de lei, bem como, leis, que dispõe sobre matéria de doação de imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu, não ferindo os princípios constitucionais, portanto não há qualquer vedação pela Constituição Estadual e Federal.

O artigo 10 da Constituição Estadual do Paraná, demonstra que a doação imóveis para os Municípios devem ser realizados através de lei, *in loco*.

Art. 10. *Os bens imóveis do Estado não podem ser objeto de doação ou de utilização gratuita, salvo, e mediante lei, se o beneficiário for pessoa jurídica de direito público interno, órgão ou fundação de sua Administração Direta ou entidade de assistência social sem fins lucrativos, declarada por utilidade pública, ou para fins de assentamento de caráter social.*

O artigo 17. Inciso I, alínea “b” da Lei nº 8666/93, assevera que:

Art. 17. *A alienação de bens da Administração pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas:*

I - *Quando imóveis, dependerá de autorização legislativa para os órgãos da Administração Direta e entidades autárquicas e fundacionais, e, para todos, inclusive modalidade de concorrência, dispensada esta nos seguintes casos:*

a)...

b) doação, permitida exclusivamente para outro órgão ou entidade da Administração Pública, de qualquer esfera de Governo, ressalvado disposto nas alíneas “f” e “h”. (grifo nosso).

Desta forma, o Governador está autorizado a doar imóveis do Estado mediante lei ordinária ao Município de Quedas do Iguaçu, pois é pessoa jurídica de direito público interno, cumprindo com, o disposto legal, supracitado.

Diante do exposto, fica evidenciada, a constitucionalidade do presente projeto de lei, apresentado através de prerrogativa e competência do Poder Executivo para legislar sobre a proposição de Lei Estadual, concernente a matéria tratada.

Conclusão

No que concerne a legitimidade, legalidade, autonomia federativa, técnica legislativa, vota-se pela constitucionalidade, vez que o projeto lei, não encontra nenhum óbice na Lei Complementar nº 095/98.

Sala das Comissões, em 08/06/09.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

NEREU MOURA - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO PROJETO DE LEI Nº 260/09

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, que visa autorizar o Poder Executivo a efetuar a doação de imóvel ao Município de Quedas do Iguaçu.

A matéria já recebeu parecer favorável da douta Comissão de Constituição e Justiça, que analisou sob o aspecto constitucional e legal.

Chamada a opinar, a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação encontra méritos indiscutíveis no projeto de lei em tela, pois a proposta tem por objetivo o funcionamento de serviços públicos municipais.

Isto posto, opinamos pela aprovação do projeto.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(aa) MARCELO RANGEL - Presidente

DOBRANDINO DA SILVA - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 014/09, de autoria da Comissão Executiva, que altera o parágrafo 2º do artigo 33, inclui inciso ao parágrafo 6º, do artigo 51, e revoga o inciso XXIII, do artigo 18, todos do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CE. (Publ. no DA nº 060/09, de 09/06/09, em Projetos de Resolução).**

COMISSÃO EXECUTIVA GABINETE DA PRESIDÊNCIA

Nº de Registro: CDI-0001/09-01-02-05-08-COPELEGIS

Nº de Registro: CDI-0002/09-01-02-05-08-COLELEGIS

Ref.

Resposta à Questão de Ordem formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Jocelito Canto, Protocolo de Plenário nº 002423-26/05/09, Protocolo Geral nº 6919 de 26/05/09.

Ref.

Resposta à Questão de Ordem formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Nereu Moura, Protocolo de Plenário nº 002454-25/05/09, Protocolo Geral nº 6915 de 26/05/09.

Conclusão:

Pelo acatamento da Questão de Ordem formulada pelo Deputado Jocelito Canto. Pelo não acatamento da sugestão formulada pelo Deputado Nereu Moura, em virtude da existência de conflito de dispositivos regimentais entre o inciso XXIII, do artigo 18 e as alínea “a”, do inciso X, do parágrafo 2º, do artigo 33, do R.I., tendo como resultado a apresentação de proposta de alteração regimental corretiva de autoria da Comissão Executiva.

Preâmbulo

Esta Presidência, dando cumprimento ao que determina o parágrafo 1º, do artigo 104, do Regimento Interno, que estabelece que: “todas as Questões de Ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pela Presidência da Assembleia”, em virtude de similitude e conexão de objetos, procedeu à anexação das Questões de Ordem levantadas pelo nobre Sr. Deputado Jocelito Canto, requerendo interpretação do inciso XXIII, do artigo 18 cominado com a alínea “a”, do parágrafo 2º, do artigo 33, ambos do Regimento Interno, e pelo nobre Sr. Deputado Nereu Moura sugerindo o cumprimento deste mesmo artigo.

Quanto a questão tem a esclarecer e a resolver.

Da Fundamentação

Após determinar ao Centro de Operações Legislativas a realização de profundo exame jurídico-legislativo das Questões de Ordem em epígrafe, esta Presidência detectou dissentimentos e conflitos hermenêuticos que dificultam a perfeita interpretação destes artigos regimentais, que geram inaplicabilidade dos mesmos, observe-se:

O inciso XXIII, do artigo 18, possui a seguinte redação:

Art. 18. À Mesa compete, além das atribuições consignadas em outras disposições regimentais:

XXIII - emitir parecer, à proposição que tenha sido rejeitada pela Comissão de Constituição e Justiça, por vício de inconstitucionalidade no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer e, se for o caso, determinar o seu arquivamento. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima comissão.

Perceba-se que este texto conflita com o que preceitua a alínea “a”, do inciso X, parágrafo 2º, do artigo 33, do mesmo Regimento, *in verbis*:

Art. 33. Cabe às comissões permanentes, observada a competência específica:

§ 2º À Comissão de Constituição e Justiça compete:...

X - declaração de utilidade pública de associações civis.

a) Sempre que a Comissão de Constituição e Justiça, em seu parecer, concluir pela inconstitucionalidade de uma proposição, a sua tramitação será interrompida de imediato e encaminhada à Mesa Diretora, ainda que distribuída para outras comissões, cabendo impugnação do autor, preliminarmente, à Comissão de Constituição e Justiça no prazo máximo de 15 dias da publicação do parecer. Desta decisão caberá recurso ao Plenário da Assembleia Legislativa. Inexistindo recurso, ou sendo o mesmo rejeitado pelo Plenário, a proposição será tida como definitivamente rejeitada; caso contrário, será encaminhada à próxima Comissão.

Um articulado coloca a Mesa Executiva como órgão recursal aos autores das propostas que receberam conclusões de inconstitucionalidade pela CCJ, e outro articulado coloca a própria Comissão de Constituição e Justiça como órgão reformador de suas próprias decisões.

Além da alínea “a” atacada, estar integralmente em desconsonância com a boa técnica legislativa, com falhas redacionais, contraria o que disciplina o inciso II, do artigo 10, da Lei Complementar nº 095, de 26/02/88. Esta alínea está vinculada a um inciso que trata de declaração de utilidade pública de associações civis, que nada tem a haver com a matéria tratada na alínea.

Da Resolução

Neste sentido, esta Presidência resolve acatar o pertinente alerta comunicado através da Questão de Ordem formulada pelo Sr. Deputado Jocelito Canto, recomendação que obriga esta Comissão Executiva a propor alteração no texto Regimental, a fim de dirimir dúvidas na interpretação e aplicação destes dispositivos estatutários, na forma do Projeto de Resolução que encaminhamos em anexo a este parecer, para análise e posicionamento das Comissões competentes e do Plenário desta Casa, proposição esta que tem o cunho de corrigir as incongruências existentes.

Importante salientar, que esta decisão cria jurisprudência neste Parlamento, ficando determinado que nos termos do artigo 106, do Regimento Interno, seja registrado em livro próprio, que das decisões expressas pelos pareceres das Comissões Temáticas Permanentes desta Casa de Leis, cabe recurso, por iniciativa do autor ou autores das propostas, primeiro à Mesa Executiva e que, da decisão da Mesa Executiva, cabe recurso ao soberano Plenário desta Assembleia, rito organizacional este que disciplina as instâncias recursais do processo legislativo neste Parlamento, impondo prazos exequíveis.

Deixo de acatar a sugestão encaminhada pela Questão de Ordem formulada pelo nobre Sr. Deputado Nereu Moura, em virtude de inaplicabilidade do cumprimento da alínea “a”, do parágrafo 2º, do artigo 33, que conflita com as competências da Mesa Executiva e pelas demais razões retro expostas, parabenizando o Deputado autor da questão pela preocupação da iniciativa.

Da Informação ao Plenário

Esta Presidência tem conhecimento de que o Regimento Interno hoje vigente necessita de integral reformulação e adequação ao processo legislativo moderno. Esta também é uma preocupação dos demais membros da Mesa Executiva assim como de todos Parlamentar desta Assembleia.

Neste sentido, determino ao Centro de Operações Legislativas que, com a maior brevidade possível, ultime os trabalhos de elaboração do texto estrutural básico do novo Regimento Interno, para que tão logo esteja concluído, possamos apresentar a todos os Deputados desta Casa para exame.

Sala das Comissões, em 09/06/09.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

Em discussão. Em votação.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, lógico, sob a constitucionalidade, vamos votar favoráveis, embora tenhamos alguns Deputados que têm suas dúvidas, como o próprio Deputado Douglas Fabrício, Deputado Marcelo Rangel, entre outros. Sabemos que, quando existe uma Comissão de Constituição e Justiça, ela vai analisar a constitucionalidade da matéria. Longe de duvidar da nossa Comissão de Constituição e Justiça que, hoje, é presidida brilhantemente pelo Deputado Durval Amaral. Todos os integrantes da CCJ ao menos têm o espírito de analisar a constitucionalidade das matérias e nunca entrar no mérito.

Agora, estamos estudando com a nossa assessoria qual seria o melhor encaminhamento para dar quando da votação do mérito. Por exemplo, se tiver uma bancada, tanto do Governo quanto da Oposição, que tive maioria na Comissão de Constituição e Justiça, se ela for rejeitada, uma emenda ou mesmo um projeto que pode ser derrubado não pela constitucionalidade, mas pelo mérito, eles usam a constitucionalidade. Tem que se usar da constitucionalidade, lógico, o projeto não viria para cá, aliás isso já está no Regimento Interno, mas o projeto era arquivado. As emendas, até hoje, sempre tiveram parecer contrário e vieram para o Plenário. Mas, as emendas que tiveram parecer contrário eram votadas em bloco, quando não em bloco pedia-se a preferência de votação. Nesse caso, alterando o Regimento Interno, a proposição, e quando se fala de proposição, fala-se de projeto, de resolução, de emenda, enfim, tudo, a PEC é uma proposição, mas vai para a Comissão de Constituição e Justiça, é uma Comissão Especial. Mas no caso de uma emenda rejeitada e aprovada dessa forma como está aqui propondo a Comissão Executiva, a emenda seria arquivada na comissão. Porém, o autor dessa emenda tem o prazo de três dias para entrar com recurso na Comissão de Constituição e Justiça. Entrando com o recurso, a comissão tem que analisar o recurso na próxima reunião, só que aí não diz quando será analisada, se será na primeira, na segunda, ou de que forma.

Estamos estudando, Sr. Presidente, e até vamos conversar com V. Exa. após esta Sessão para que não pairessem, não existam dúvidas, e para que possa ser dada ampla defesa de qualquer Parlamentar, seja Oposição, seja Situação, seja Governo, seja o que for. Então, um Deputado, vamos supor, entra com um recurso, a Comissão de Constituição e Justiça mantém a inconstitucionalidade. Cabe ainda ao Deputado o Plenário.

A dúvida que existe agora é a seguinte: quando o recurso vai ao Plenário, esse recurso será apresentado no dia da votação ou ele apresenta antes, conforme, dois dias, mas o recurso será analisado no dia da votação? Mas, essa é uma questão de mérito, estamos discutindo a constitucionalidade. Não precisamos agora, nem precisa V. Exa. nos dar resposta, mas são dúvidas que existiram porque foram levantadas por diversos Deputados e que vamos estudar isso aqui. Não sei se vamos votar já no dia de amanhã. Na verdade um pouco mais de prazo, que não voltasse amanhã, talvez voltasse apenas segunda-feira, porque na verdade funcionou até hoje, acho que não é por causa de uma semana que vamos também resolver essa questão. Voltaria para a 2ª votação esse projeto.

É um pedido que fazemos, e espero que o Líder do Governo também concorde que votemos em 2ª discussão na segunda-feira, para dar um prazo maior até para discutirmos.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Não vejo dificuldade alguma, Deputado Elio Rusch. O que ocorre, quero deixar bem claro, esse projeto de resolução é oriundo de uma questão de ordem levantada pelo Deputado Nereu Moura e pelo Deputado Jocelito Canto, que realmente cabe a questão de ordem e temos, sim, que corrigir o nosso Regimento Interno. Há uma comissão hoje, trabalhando diuturnamente e com o compromisso de me entregar esse Regimento Interno pronto no 1º semestre. O próximo Regimento Interno vai estar funcionando a partir de agosto, se Deus quiser.

Tem algumas questões pontuais, como esse caso que discutimos com o Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, com o pessoal da COPELEGIS, com a Liderança da Oposição, e vamos discutir também com a Liderança do Governo, com todos, para ajustarmos detalhes neste caso, porque não tenho a menor dúvida, podem ter a certeza, o nosso Regimento Interno, hoje, nos coloca inúmeras vezes - como foi nessa questão - em situações de embaraço, porque há controvérsias de um artigo para o outro. E aí ficamos em uma situação esquerda de como deliberamos uma questão de ordem.

Então, aprovamos hoje a sua constitucionalidade, definimos essa questão, o objetivo é efetivamente esse, reduzir o prazo, porque no atual Regimento Interno fala-se em 15 dias, o que é um absurdo. Então, vamos esclarecer isso, meia hora em uma mesa redonda e acertaremos esse abacaxi.

O SR. ELIO RUSCH (DEM)

Presidente, reduzindo o prazo de 15 dias para três dias, embora nunca se tenha aplicado, quer dizer, as emendas sempre vieram para o plenário.

A partir de agora, elas não virão mais para o plenário, por causa da inconstitucionalidade. Isto levantou a dúvida, principalmente de um dos nossos Deputados.

Agradeço a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Em alguns poucos minutos resolvemos isso.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Sr. Presidente, para encaminhar.

(Assentimento)

Cumprimentar V. Exa., porque está colocando ordem naquilo que já era ordem. A partir desse projeto de lei estamos resolvendo um problema que era uma questão técnica, fazendo que esta Casa, em determinados momentos, discutisse um tema que não poderíamos discutir. A Oposição aproveita essas brechas para fazer aquelas emendas que foram feitas, por ocasião da questão do aumento do salário dos servidores.

Dizer ao Deputado Elio Rusch, que citou o caso dos três dias. A partir do momento em que uma emenda é negada e que há o recurso, ele tem três dias para apresentar. Esse é o meu entendimento. Se a CCJ se reunir na outra semana, ele entrou dentro do prazo. Não tem o que discutir e é fácil de ser deduzido.

Cumprimentar a Mesa, porque essa foi uma questão de ordem que desgastou bastante. Tenho que ser sincero, houve alguns aproveitamentos, que foram desgastantes, principalmente para este Poder. Hoje ouvi alguns Deputados reclamando aqui, em função de emendas. Há momentos em que o Deputado não pode propor emendas. Está na Constituição do Estado, na Constituição Federal, que relacionados a projetos que são de autonomia dos Poderes, não podemos fazer emendas. Tanto é que o aumento do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Tribunal de Justiça e da Assembleia Legislativa, nenhum deles sofreu emenda, apenas do Executivo, o que prova que realmente era uma questão política.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. DOUGLAS FABRÍCIO (PPS)

Para encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Discordar do Deputado Jocelito Canto, porque sendo membro da Comissão de Constituição e Justiça e esta Casa sendo política, todo mundo chega aqui através do voto das pessoas, mas primeiramente indicado por um partido político.

Estamos percebendo que estamos com esta votação restringindo à apenas uma comissão de 13 membros e restringindo também o prazo de recurso, para que os Deputados busquem recursos para suas emendas. No meu entendimento, deveríamos fazer o contrário disso: que

todos os Deputados pudessem se manifestar. Quando estamos colocando apenas para uma comissão tomar a decisão, e se esta tomou a decisão que aquele projeto ou aquela emenda são inconstitucionais e os demais Deputados não podem discutir depois porque ela ficará arquivada, entendo que não é correto, no meu entendimento.

Quero me manifestar contrário a esta iniciativa, embora entenda que V. Exa. tenta organizar, mas na minha opinião deveríamos expandir, deixar que os demais Deputados discutissem. Hoje sou Deputado eleito pela Oposição. Amanhã poderá ser ao contrário. Aí, hoje, aqueles que são Deputados eleitos com a base do Governo, também poderão ser contrários e talvez o discurso mude. Já vi muita coisa aqui na Assembleia, às vezes a pessoa pensa de um jeito e amanhã de forma diferente. Soberano é o Plenário, todos os Deputados têm direito. Não é porque eles não foram indicados por um partido para participar daquela comissão, que não possam opinar com o seu voto em relação a uma emenda.

O meu voto é contrário.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Para encaminhar, o Deputado Durval Amaral.

O SR. DURVAL AMARAL (DEM)

Vamos tentar. Sr. Presidente, Srs. Deputados, na verdade esse projeto de resolução da Mesa Executiva só está aperfeiçoando o que já existe no Regimento Interno.

Hoje, quando cada Parlamentar apresenta um projeto ou uma proposição, ele pode ser já arquivado na CCJ. Acontece que os prazos, hoje, são de 15 dias para interposição de recurso, como temos um prazo de 15 dias para o Parlamentar, após a publicação da ata da CCJ, que deu parecer pela inconstitucionalidade. Perfeito. Depois é redistribuído na própria CCJ quando há o pedido de reconsideração, um novo relator é designado e novamente a CCJ se manifesta, mantendo ou reconsiderando a sua decisão. Quando mantém o parecer pela inconstitucionalidade, hoje também cabe recurso ao Plenário.

Então, essa sistemática é a mesma. Em tese, Sr. Presidente, não houve mudança alguma. O que acontece é que nós queremos, a cada dia mais, e aí o Deputado Jocelito e o Deputado Nereu Moura levantaram uma questão de ordem em relação especificamente às emendas, que são uma proposição também, não é? Só que o que iria acontecer, na prática, e tivemos como base a questão do reajuste salarial dos servidores? Vejam só, se fossemos levar uma interpretação literal do Regimento Interno, a partir do momento que uma emenda recebesse parecer contrário, o projeto não poderia vir a plenário enquanto não se exaurissem todos os prazos. E quais são os prazos? Esperar a publicação da ata, esperar os 15 dias para recurso, após, a nova publicação da ata, um novo prazo para recurso e esta proposição, por exemplo, no caso dos salários dos servidores, não poderia ser votado

enquanto não tivesse exaurido do âmbito da CCJ e do recurso do Plenário. Então, no caso concreto, poderíamos demorar 30, 60 dias até fazer que o projeto voltasse ao Plenário.

Se queremos interpretar ao pé da letra o Regimento Interno, por isso houve por bem a Comissão Executiva, e acho que ela agiu bem, restringindo os prazos: três dias, houve a decisão da CCJ, o prazo para recurso é de três dias. Recorreu, em três dias a CCJ vai pautar na próxima reunião o pedido de reconsideração. Sendo negado o pedido de reconsideração, cabe recurso ao Plenário, só que no prazo de dois dias. Entendo que a questão vai ficar bem esclarecida com essa redução de prazo. Não estamos usurpando competência, porque caberá recurso ao Plenário.

O Líder da Oposição, Deputado Elio Rusch acho que vai colocar, na sequência, uma emenda que deverá ser apresentada, só o efeito da publicidade, para que a decisão da CCJ, quando der o parecer pela inconstitucionalidade, que o prazo não comece a contar sem que o autor do projeto tenha sido notificado ou tenha conhecimento. Penso que talvez o que ele vai exigir é a publicação no Diário da Assembleia.

Então, aquele relatório que V. Exa. recebe, com o resumo de tudo que foi apreciado na CCJ, se publica sinteticamente no Diário da Assembleia, e a partir daí conta o prazo de recurso de três dias. Acredito que dessa forma teremos mais celeridade no processo, estaremos preservando a questão da técnica legislativa na CCJ e estaremos preservando também o interesse, talvez hoje, da Oposição de fazer com que a discussão venha para o Plenário, e ela não virá enquanto não foi julgado o recurso na CCJ, mas a partir do momento que tenha sido julgado lá e o Deputado, insatisfeito com a decisão da CCJ interpor recurso ao Plenário, esse requerimento vai ter que ser votado e a discussão vai ser suscitada no Plenário. Então, não haverá prejuízo ao Plenário, que é soberano para decidir qualquer questão, superior a qualquer comissão e até mesmo à Mesa.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Encerrada a discussão. **Aprovado**, com voto contrário dos Deputados Douglas Fabrício e Marcelo Rangel.

Requerimentos

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 2911, de autoria do Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2915, de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2916, de autoria do Deputado Nelson Justus, constante do expediente. **Aprovado**. À Diretoria Legislativa.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 462/08.

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 496/08.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 099/09.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 016, 049, 208 e 260/09.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 226, 243, 267 e 273/09.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

Finanças

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 10ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos nove dias do mês de julho de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch, Luiz Nishimori, Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Pedro Ivo. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Luiz Nishimori pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 286/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 020/08, que objetiva acrescentar e alterar dispositivos das Leis nºs 1.943/54 (Código da Polícia Militar do Paraná), 5.940/69 (Lei de Promoções de Praças), e 6.417/73 (Código de Vencimentos da Polícia Militar do Paraná). Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 296/08 de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1.213/08, cria e transforma cargos de servidores no âmbito do Ministério Público do Paraná e disciplina seu exercício. Relator Deputado RENI PEREIRA. Parecer FAVORÁ-

VEL - APROVADO. 03) Projeto de Lei nº 297/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1.214/08, que dispõe sobre os vencimentos básicos dos servidores, ativos e inativos, do Quadro de Pessoal e do Quadro de Oficiais de Promotoria do Ministério Público do Paraná. Relator Deputado ELTON WELTER. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Lido pelo Deputado Pedro Ivo. 04) Projeto de Lei nº 295/08, de autoria do Ministério Público - Ofício nº 1.198/08, altera a Lei Complementar nº 85, de 27/12/99, visando instituir, no âmbito do Ministério Público do Paraná, op cargo de Sub-Procurador Geral de Justiça para Assuntos de Planejamento Institucional. Relator Deputado ELIO RUSCH. Após a apresentação do Parecer FAVORÁVEL, o Senhor Deputado Antonio Belinati solicita vistas do Projeto de Lei. O Senhor Presidente defere. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

Wilson Penka - Secretário

COMISSÃO DE FINANÇAS 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 16ª LEGISLATURA 11ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de agosto de dois mil e oito, reuniu-se ordinariamente a Comissão de Finanças, na sala de Reuniões das Comissões desta Casa de Leis, às 13:30 horas, sob a presidência do Senhor Deputado Edson Strapasson, mais a presença dos seguintes senhores deputados: Antonio Belinati, Elio Rusch e Fernando Carli Filho. Havendo número legal, o senhor presidente declarou os trabalhos abertos solicitando ao secretário da Comissão que procedesse a leitura da atas da reunião anterior. O Senhor Deputado Elio Rusch pediu a dispensa da leitura, sendo a mesma dispensada e aprovada. A seguir passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 256/08, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/08, que estabelece a Política de Turismo do Paraná, que se constitui em um conjunto de estratégias e prioridades que orientam o desenvolvimento sustentável do turismo no Estado do Paraná, integrando sua política econômica, de forma planejada e organizada, consolidando-o como destino turístico e proporcionando a inclusão social de sua população. Relator Deputado ELIO RUSCH. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 259/08 de autoria do Deputado Waldyr Pugliesi, que altera dispositivos da Lei nº 15.758, de 27 de dezembro de 2007, que dispõe que os créditos decorrentes de débitos imputados e inscritos em dívida ativa estadual na forma da Lei Complementar nº 113/05, que constituírem crédito do Tesouro Estadual, poderão ser parcelados em 36 parcelas mensais, iguais e sucessivas. Relator Deputado RENI PEREIRA. Elaborou relatório, porém não assinou e não encontra-se na Casa, portanto adia-se para a próxima reunião. 03) Projeto de

Lei nº 324/08, de autoria do Tribunal de Justiça - Ofício nº 539/08, que cria 02 (dois) cargos de Juiz de Direito Substituto na Comarca de foz do Iguaçu, entrância final, alterando a Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003. Relator Deputado DOBRANDINO DA SILVA. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Lido pelo senhor Deputado Fernando Ribas Carli. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente, agradecendo a presença de todos, encerrou os trabalhos, dos quais, para constar e produzir os efeitos legais, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo Senhor Presidente e por mim Wilson Penka, Secretário da Comissão.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
Wilson Penka - Secretário

Presidência

Indicações Legislativas

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1213
Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Pres. Abraham Lincoln no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Pres. Abraham Lincoln no município de Colombo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 2 mil e 92 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos e professores, como na prática de esportes e aulas de Educação Física em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1214
Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Esta-

dual Plínio A. M. Tourinho no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso de suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretária de Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Plínio A. M. Tourinho no município de Colombo.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1 mil e 300 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de Educação Física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessário para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições e qualidade no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1215
Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Papa João Paulo I no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Papa João Paulo I no município de Almirante Tamandaré.

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 810 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1216

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para Escola Estadual Professora Rosa F. Johnson no município de Almirante Tamandaré.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para Escola Estadual Professora Rosa Johnson no município de Almirante Tamandaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 800 alunos e não dispõe de estrutura adequada para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física, em dias de excesso de sol ou chuva.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1217

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governador do Estado do Paraná, a destinação ao município de São Jorge do Oeste, de um (01) ônibus apropriado para o transporte escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao município de São Jorge do Oeste.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do município de São Jorge do Oeste e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 16/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1218

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Lobato uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Lobato de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Lobato.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1219

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Mandaguaçu uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Mandaguaçu de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Mandaguaçu.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1220

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Floresta uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floresta de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Floresta.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1221

Autoria do Deputado Felipe Lucas

SÚMULA:

Propõe a Secretaria de Estado da Educação do Paraná, atenção especial à necessidade de liberação de 2 ônibus escolares ao município de Cândói.

Felipe Lucas, Deputado Estadual, que este subscreve, vem, respeitosamente, perante a Secretária da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, solicitar:

- Liberação de 2 ônibus escolares para o município de Cândói.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Cândói encontra-se geograficamente inserida na região do centro expandido do nosso estado. Com fator IDH de 0,711 considerado baixo pelos padrões da OMS, possui uma malha rodoviária extensa sendo sua maior parte localizada na área rural do município. A destinação destes veículos certamente proporcionará melhor qualidade de vida aos estudantes de toda a região que freqüentam escolas que via de regra ficam longe de seus domicílios. A presente solicitação visa especialmente dotar o município de Cândói de melhores veículos bem como renovação da frota que se encontra sucateada e com problemas mecânicos devido ao uso contínuo dos mesmos.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1222

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Dom João Bosco no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Dom João Bosco no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 17/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 650 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1223

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Santo Inácio uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santo Inácio de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Santo Inácio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1224

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Uniflor uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Uniflor de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Uniflor.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1225

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Jardim Alegre uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Jardim Alegre de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Jardim Alegre.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1226

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Borrazópolis uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Borrazópolis de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Borrazópolis.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1227

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Inajá uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do

Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Inajá de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Inajá.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1228

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Colorado uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Colorado de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Colorado.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1229

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Munhoz de Mello uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Munhoz de Mello de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Munhoz de Mello.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1230

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Doutor Camargo uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Doutor Camargo de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Doutor Camargo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1231

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Floraí uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Floraí de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Floraí.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1232

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ivaiporã uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivaiporã de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ivaiporã.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1233

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Rui Barbosa no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual Rui Barbosa no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 450 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1234

Autoria do Deputado Edson Strapasson

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretaria da Educação a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo no município de Colombo.

O Deputado Edson Strapasson, no uso das suas atribuições regimentais, após receber aprovação do Plenário, requer que seja proposto ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião e à Secretaria do Estado da Educação

Sra. Yvelise Freitas de Souza Arco-Verde, a construção de uma quadra poliesportiva coberta para o Colégio Estadual João Ribeiro de Camargo no município de Colombo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 18/02/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

O colégio atende aproximadamente 1.152 alunos e não dispõe de local apropriado para atender as necessidades dos alunos, como na prática de esportes e aulas de educação física.

A construção da quadra poliesportiva coberta se faz necessária para que alunos e professores não sejam prejudicados em suas atividades escolares, assim protegendo a todos das intempéries climáticas, proporcionando a toda comunidade escolar melhores condições no ambiente de ensino.

Pelo exposto consideramos justo nosso pleito.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1235

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ivatuba uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ivatuba de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ivatuba.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1236

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Ourizona uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Ourizona de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da

mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Ourizona.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1237

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Engenheiro Beltrão uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Engenheiro Beltrão de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Engenheiro Beltrão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1238

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Nossa Senhora das Graças uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Nossa Senhora das Graças de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Nossa Senhora das Graças.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1239

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe doação de um ônibus para o Município de Terra Roxa.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação de um ônibus para o Município de Terra Roxa/PR.

2 - A solicitação justifica-se para realizar transporte escolar da região.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1240

Autoria do Deputado Stephanes Júnior

SÚMULA:

Propõe doação de um ônibus para o Município de Abatiá.

Ao Exmo. Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Stephanes Júnior dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

1 - A doação de um ônibus para o Município de Abatiá/PR.

2 - A solicitação justifica-se para atender principalmente o transporte de estudantes universitários para a Cidade de Cornélio Procopio.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1241

Autoria do Deputado Douglas Fabrício

SÚMULA:

Propõe a atenção especial ao grave problema da falta de viaturas policiais no município de Terra Boa.

Ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública:

O Deputado Douglas Fabrício, valendo-se de suas competências constitucionais e regimentais, dirige-se a V. Exa. para expor e reivindicar o seguinte:

I - Que esta Secretaria de Estado se digne em dedicar especial atenção ao grave problema de viaturas policiais no Município de Terra Boa e viabilize a aquisição de pelo menos outras duas viaturas sendo uma traçada para atender a zona rural.

II - Inúmeros munícipes nos pedem que envidemos esforços na sensibilização das autoridades competentes para o problema seriíssimo que vem ocorrendo no Município.

III - Atualmente o município não conta com viaturas em condições sequer de perseguir algum meliante. O

estado deplorável de conservação gera total insegurança ao público em geral. Outro dia uma das viaturas ficou por 15 (quinze) longos dias em conserto no Município vizinho e nem bem retornou a outra viatura teve que ser enviada.

IV - Destaque-se que existe a necessidade da existência de pelo menos uma viatura traçada para atender a zona rural.

V - Esta é uma reivindicação dos moradores em geral, e em especial nestes últimos tempos onde têm sido frequentes os delitos.

VI - A insegurança já atingiu patamar muito elevado e somente com o atendimento quanto ao aumento dos recursos e o acirramento das rondas ostensivas poderemos minimizar tal situação com enormes benefícios à comunidade.

Ainda, aproveito o ensejo para manifestar a elevada estima e consideração.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1242

Autoria do Deputado Dr. Batista

SÚMULA:

Sugere que seja feita a pavimentação com pedras irregulares na estrada que liga Porto Rico a Porto São José.

Ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná:

O Deputado Dr. Batista dirige-se a V. Exa., para expor e reivindicar o seguinte:

I - a realização de pavimentação com pedras irregulares na estrada que liga Porto Rico a Porto São José.

II - a apresentação da presente indicação objetiva a atender inúmeras solicitações da comunidade de Porto Rico, tendo em vista que a referida estrada está em péssimas condições de trânsito.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1243

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Cultura Vera Mussi a construção de Biblioteca Cidadã no Município de Nova Londrina.

Sr. Governador, Sra. Secretária:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de se propor ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Cultura a construção de uma Biblioteca Cidadã no Município de Nova Londrina pelas razões que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

No Município de Nova Londrina reside grande número de trabalhadores rurais que labutam nas lavouras de cana e mandioca. Ou seja, nessa região vivem pessoas com baixíssimo poder aquisitivo, que não tem condições de arcar com os custos do material escolar de seus filhos, que dirá com a compra de livros infantis ou de pesquisas.

Em face dessa realidade, não há como se oferecer às crianças e adolescentes dessa região atividades culturais que lhes despertem o gosto pelo estudo e pela leitura sem o auxílio do Estado.

A construção de uma Biblioteca Cidadã em Nova Londrina, portanto, mais do que constituir-se em importante setor de desenvolvimento intelectual e cultural para os estudantes do ensino básico e fundamental daquela região, é ferramenta indispensável para complementar-se o processo educacional dessas crianças e adolescentes.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1244

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e à Secretária da Educação a construção de escola no Município de Mandaguaçu.

Sr. Governador, Sra. Secretária da Educação:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e à Secretária da Educação que determinem a construção de uma escola no Município de Mandaguaçu, pelas razões abaixo especificadas:

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Há, no município de Mandaguaçu, um bairro populoso, a Vila Guadiana, que não dispõe de escola pública estadual para atender às pessoas de baixa renda que nele residem, pessoas as quais, dentre outras limitações, não possuem meios materiais de transporte.

Certos de poder contar com o apoio indispensável do Governo do Estado do Paraná e da Secretaria da Educação, apresenta-se a presente indicação, a fim de que seja construída no município de Mandaguaçu, na Vila Guadiana, uma nova escola estadual.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1245

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governo do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Marmealeiro, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Marmealeiro.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Marmealeiro e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1246

Autoria da Deputada Luciana Rafagnin

SÚMULA:

Sugere a Secretaria Estadual da Educação e ao Governo do Estado do Paraná, a destinação ao Município de Prudentópolis, de um (01) ônibus apropriado para o Transporte Escolar.

Exmo. Sr. Governador do Paraná e Secretária de Estado:

A Deputada Luciana Rafagnin, no uso de suas atribuições legais e regimentais, dirige-se a V. Exas. para reivindicar a destinação de um (01) ônibus escolar ao Município de Prudentópolis.

Antes de qualquer coisa quero reconhecer que o atual Governo tem se esforçado para melhorar a qualidade da educação pública do Estado do Paraná e ao mesmo tempo dizer que a melhoria da educação perpassa pelo transporte escolar de qualidade.

Nesse sentido, venho através desta indicação, por conhecer as dificuldades e necessidades do Município de Prudentópolis e a intenção do Governo Requião, de equipar a rede pública municipal com ônibus escolares adequados para o transporte dos alunos da rede pública, fazer a referida sugestão.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 02/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1247

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Querência do Norte uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Querência do Norte de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Querência do Norte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1248

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Kaloré uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Kaloré de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Kaloré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1249

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Goioerê uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Goioerê de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os

recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Goioerê.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1250

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Quarto Centenário uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Quarto Centenário de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Quarto Centenário.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1251

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Santa Fé uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Santa Fé de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Santa Fé.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1252

Autoria do Deputado Teruo Kato

SÚMULA:

Propõe ao Governador do Estado Roberto Requião e ao Secretário de Segurança Pública a aquisição

de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal - IML no Município de Paranavaí.

Sr. Governador, Sr. Secretário de Segurança Pública:

O Deputado abaixo subscrito, no uso de suas atribuições regimentais, após receber o apoio de seus Pares, REQUER seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposto ao Sr. Governador do Estado e ao Secretário de Segurança Pública que determinem a compra de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal de Paranavaí, pela razão que especifica na justificativa abaixo.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Seja devido ao crescimento populacional, seja devido ao desenvolvimento natural da região, aumentaram, de modo significativo, os índices de criminalidade em Paranavaí e seu entorno regional. Assaltos, roubos à mão armada, furtos, etc. passaram a fazer parte do dia a dia de uma população até então acostumada a deixar as portas das casas abertas, tamanha a segurança e paz em que viviam.

Em face disso, mister se faz não só reforçar o policiamento da região - meta que o Governo do Paraná está cumprindo, mas também aparelhar a ação policial e investigativa com o corpo técnico necessário para amparar o trabalho realizado pelas corporações policiais.

Nesse sentido, torna-se indispensável à aquisição de um novo veículo para transporte de cadáveres para o Instituto Médico Legal de Paranavaí. Com efeito, só essa medida possibilitará o atendimento das ocorrências em Paranavaí e região de modo satisfatório, uma vez que o único rabeção de que dispõe o IML desse Município já tem mais de dez (10) anos de uso e opera, atualmente, em condições precárias.

Certos de contar com o prestimoso apoio do Governo do Estado do Paraná, dirigimos a V. Exas. nossa solicitação.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1253

Autoria do Deputado Jonas Guimarães

SÚMULA:

Propõe ao Governador Roberto Requião e à Secretaria Estadual de Saúde, a criação de um cargo de vigilante na 13ª Regional de Saúde, em Cianorte.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, REQUER, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Exmo. Governador do Estado e à Secretaria Estadual de Saúde, a criação de um cargo público de vigilante na 13ª Regional de Saúde, em Cianorte.

Requer, outrossim, seja dada ao Exmo. Sr. Vereador Carlos Alberto Guimarães, da Câmara Municipal de Cianorte.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 03/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Atualmente há três vigilantes na 13ª Regional de Saúde de Cianorte. Entretanto, este quadro mostra-se insatisfatório para as necessidades desta Seccional, já que dois vigilantes exercem a função no período noturno e o outro trabalha nos finais de semana. Ocorre que durante o período diurno de funcionamento de órgão, não há nenhum vigilante.

Assim, tendo em vista a necessidade da 13ª Regional de Saúde de manter um vigilante no período diurno, venho através deste projeto indicar à Secretaria da Saúde e ao Governador do Estado a criação de um cargo público de vigilante nesta seccional de saúde.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1257

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Solicita que seja viabilizado aparelho de ecografia para o Município de Bandeirantes.

Ao Exmo. Sr. Governador Roberto Requião:

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Exmo. Sr. Governador para solicitar o seguinte:

1. que seja viabilizado um aparelho de ecografia para atendimento da demanda na área da Saúde do Município de Bandeirantes.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Destaque-se que a solicitação atenderá a carência deste tipo de equipamento médico de tão grande utilidade no atendimento aos pacientes paranaenses, principalmente por auxiliar no diagnóstico e prevenção de doenças, atendendo a demanda da Saúde no Município.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1258

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Propõe ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

O Deputado que o presente subscreve, e no uso de suas atribuições regimentais e constitucionais, requer, ouvido o douto Plenário, seja aprovada a presente indicação, a fim de que seja proposta ao Secretário de Estado dos Transportes, Sr. Rogério Wallbach Tizzot, solicitando a execução de obra de pavimentação asfáltica do bairro Jardim Universitário, no Município de Goioerê.

(a) NELSON JUSTUS

JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um anseio antigo dos moradores desta bairro a pavimentação asfáltica das ruas. Algumas ruas encontram-se intransitáveis, e nos períodos de chuva a situação fica ainda pior. Portanto, esta obra trará inúmeros benefícios e prosperidade a todos os moradores do bairro.

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1259

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Barra do Jacaré uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Barra do Jacaré de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Barra do Jacaré.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1260

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Sarandi uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Sarandi de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria

ria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Sarandi.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1261

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Luiziana uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Luiziana de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Luiziana.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS

INDICAÇÃO LEGISLATIVA Nº 1262

Autoria do Deputado Luiz Nishimori

SÚMULA:

Indica ao Sr. Gilberto Berguio Martin, Secretário de Estado da Saúde e ao Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, Governador do Estado do Paraná, seja construído no município de Rancho Alegre d'Oeste uma unidade da Clínica da Saúde da Mulher e da Criança.

O Deputado que subscreve a presente indicação, usando do que se refere o artigo 127 e seus parágrafos do Regimento Interno desta Casa, sugere às autoridades acima citadas a destinação ao município de Rancho Alegre d'Oeste de uma unidade da Clínica de Saúde da Mulher e da Criança.

O Governo do Estado tem em seu programa de saúde popular o atendimento prioritário da saúde da mulher e da criança, por isso indicamos para a Secretaria de Estado da Saúde, para que sejam destinados os recursos necessários para a construção dessa unidade no município de Rancho Alegre d'Oeste.

Palácio “XIX DE DEZEMBRO”, em 04/03/09.

(a) NELSON JUSTUS